


024ª Reunião Conjunta da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar contratos celebrados pela SMED a partir de 2021 e da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades na aquisição de materiais didáticos pela SMED

Pauta: Votação de requerimentos e oitiva das testemunhas Roberto José Costa Mota Júnior e Lia Bárbara Marques Wilges

 **PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** Bom dia a todos. Vou proceder à chamada da lista de presença dos vereadores para começarmos, então, a sessão da CPI no dia 6 de novembro de 2023. (Procede à chamada.) Ver.^a Mari Pimentel. Presente; Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Presente; Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.); Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.); Ver. Claudio Janta. (Pausa.); Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.); Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.); Ver. Jonas Reis. (Pausa.); Ver. José Freitas. (Pausa.); Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.); Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.); Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Presente. Passando para lista da outra CPI. (Procede à chamada.) Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Presente; Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.); Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.); Ver. Airto Ferronato. (Pausa.); Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Presente; Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Presente; Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Presente; Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.) Presente; Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) Presente; Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Presente; Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Presente; Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Presente. Temos quórum nas duas CPIs, vamos começar com a votação dos requerimentos.

O primeiro requerimento que nós temos aqui na fila é o requerimento que solicita os documentos e as informações ao Poder Executivo sobre a reunião realizada com os empresários da Inca, Jailson Ferreira da Silva e Sergio Bento de Araujo, e os vereadores Pablo Melo e Alexandre Bobadra no Paço Municipal junto com o prefeito Sebastião Melo, o procurador Roberto e também o secretário Cassio.

Coloco em votação, vereadores que concordam permaneçam como estão...
Votação nominal...

Só para elucidar os vereadores que vão estar votando este documento, este documento solicita informações, este requerimento não é, Ver. Idenir Cecchim, uma oitiva, é simplesmente porque não teve ainda a explicação.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, nós votamos... A gente está votando agora um requerimento que solicita ao poder público municipal, ao Executivo, as informações que fizeram ocorrer a reunião, na qual consta a foto do Sr. Jailson, Sr. Sergio, prefeito Sebastião Melo, o procurador do Município, o secretário e mais dois vereadores do Município, além da secretária Janaina Audino. Esse requerimento solicitando informações ao Paço... precisamos das informações. O que o governo enviar para a CPI irá respaldar aquilo que ainda não teve informação à CPI. Hoje, a CPI não teve acesso ainda, vereadora, a quem agendou a reunião, qual o assunto da reunião, quem foram os...

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, não foi anexado ainda à CPI. A gente tem essa informação como faltante ainda. Não foi explicado como é que as pessoas chegaram lá e qual foi a temática.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, eu acredito que, embora alguns vereadores possam discordar, quando se trata de busca de informações junto ao Executivo, não há necessidade de fazer requerimento, porque isso é uma prerrogativa da CPI ou do próprio relator quando incluir a conclusão dos trabalhos. E me parece que isso está claro. Se tem uma dúvida sobre tal informação, para que emitir um requerimento interno na sessão da CPI?

Ela é emitida pelo relator ao governo, independentemente de quem quer que seja, e o governo responde se quiser. Creio eu que aqui, por ser regimental, ele deve responder, senão não tem sentido, todas informações que nós precisarmos do governo, ele se negar a dar. Ninguém vai se negar, creio eu. E por isso não há necessidade de fazer requerimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, hoje é segunda-feira, talvez eu esteja com problema de entender o que é. Esse requerimento foi feito por quem, primeiro?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Foi feito por mim há mais de um mês.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Está, e tem como mote entender sobre a...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Solicitar documento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Solicitar o quê? Se a gente tem as fotos da reunião... Eu não entendi.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, foi feita por *e-mail*. Lembra que o Sr. Jailson esteve aqui e disse que a secretária dele agendou? Tem esse *e-mail* que ela agendou, quem foi convidado, qual era o motivo...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Sim, mas ele agendou por telefone, o quê?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A gente quer perguntar ao Paço Municipal que documentos eles têm sobre essa reunião, se foi enviado *e-mail*...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Qual a justificativa que requer no final? A gente tem que ter um objetivo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exatamente, saber como foi formalizada essa agenda, porque é uma agenda que, até hoje, está obscura para a população de Porto Alegre. No meu entendimento, até agora, ninguém sabe porque os dois...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A agenda aconteceu, isso não tem dúvida.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, que aconteceu, sim. Mas quem...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Por parte de ninguém. A senhora quer saber quem agendou?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Qual era a temática, quem agendou, quem foi convidado, qual foi a temática, porque aqui nós temos uma foto na qual constam materiais da Inca e foi falado que foi uma reunião sobre robótica. Então nenhuma informação hoje da narrativa que nós estamos tendo está confirmando com base no que nós temos de acesso à foto. A gente precisa saber o que levou a essa agenda. Foi um *e-mail*, foi uma mensagem de WhatsApp, foi um documento, o que aconteceu? Como é que foi formalizado? Quem foi convidado? Quem apareceu na reunião?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): O que está escrito no requerimento? A senhora pode ler novamente?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós vamos pegar o requerimento original.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Por favor, gostaria de saber o teor do requerimento.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Para ganhar tempo, Presidente, se for adendado a este requerimento, a senhora podia nos ajudar. Como a senhora fez para fazer a reunião do Seu Maurício para vender aquele *show* e aquele livro. Deve ter sido o mesmo rito. A senhora deve saber como é que aconteceu essa reunião.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Idenir Cecchim, eu acredito que o Sr. Maurício já fez um anexo à CPI, com todas as informações, até das reuniões que ele teve.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, mas nós queremos aqui também, igual à sua. Vamos adendar.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exatamente, ele já anexou, sabia? Ele já anexou todas as reuniões que ele teve.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Como foi a reunião? Quem marcou a reunião? Foi a senhora ou foi ele?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, eu tenho certeza que vocês hoje têm essa informação já.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): A reunião foi marcada pela senhora ou por ele?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador, eu não estou aqui sendo testemunha ou tendo inquérito.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, é só para saber, fica fácil.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Nós podemos aproveitar aqui e votar o requerimento da Ver.^a Comandante Nádia e, se quiserem fazer um aditivo e continuarmos a CPI pelos próximos meses, incluímos o Sr. Maurício, incluímos a Ambiética, eu tenho certeza de que a vontade de investigar é tanta deste Parlamento que a gente pode incluir, e podemos continuar em dezembro, janeiro, fevereiro na CPI.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, eu acho que senhora teve tempo suficiente para ficar nas câmeras de televisão da Câmara, eu acho que não há mais necessidade, a senhora já está famosa, a senhora já fez o seu papel. Então não há necessidade de mais tempo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereadora, eu vou ler na íntegra o que consta (Lê.): “Venho, por meio deste, consoante reunião realizada no dia 9 de julho de 2021 no Gabinete do Prefeito Municipal, requerer esclarecimentos do Poder Executivo sobre a reunião realizada com os empresários da INCA, (Jailson Ferreira da Silva e Sergio Bento de Araujo) e os Vereadores Pablo Melo e Alexandre Bobadra, para que se apresentem os seguintes documentos e informações: 1. Quem e como foi solicitada a agenda? 2. Qual o papel dos vereadores na reunião e qual a relação destes com os empresários da INCA? 3. Por que a pauta oficial da agenda ocultou o nome dos empresários e ocultou o real objeto da reunião? 4. Por que não há registros dessa reunião no banco de imagens e no site da Prefeitura? 5. Qual o motivo da participação de cada um dos envolvidos na reunião (Prefeito, Procurador-Geral, Secretários, Vereadores

e empresários)? Esclarece-se que tais pedidos guardam pertinência com as investigações de contratação da empresa INCA TECNOLOGIA, ASTRAL CIENTÍFICA e SUDU INTELIGÊNCIA”. É apenas isso o requerimento.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente, a senhora já explicou bem o requerimento.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vamos colocar em votação?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Só para falar, Presidente, é bem interessante, isso aqui faz um mês, eu acho que é importante todos nós... não vamos ficar aprovando coisa só por aprovar. Achei bem interessante as perguntas, não vejo problema nenhum, mas peço nominal, a gente tem que fazer com que a CPI ande da forma mais legalista possível. Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o Requerimento nº 31. (Pausa.) A Ver.^a Mari Pimentel vota “sim”; Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Vota “sim”; Ver. Mauro Pinheiro (Pausa.); Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Vota “sim”; Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Vota “sim”; Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Vota “sim”; Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Vota “sim”; Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Ver. José Freitas. (Pausa.) Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Vota “sim”; Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Vota “sim”. Agora, na outra CPI: Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Vota “sim”; Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.); Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Ver. Aírto Ferronato. (Pausa.) Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Vota “sim”; Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Vota “sim”; Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.)

Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) E vou incluir aqui o voto “sim” do Ver. Jonas Reis e a presença também. **APROVADO** o Requerimento nº 31.

Passamos ao Requerimento nº 32. Requerimento de indiciamento como investigados do Sr. Jailson Ferreira da Silva e Sergio Bento de Araujo, bem como quebra do sigilo fiscal e bancário de Inca Tecnologia de Produtos e Serviços Eireli, Sùdù Inteligência Educacional, Astral Científica Comércio de Produtos e Equipamentos Ltda., Jailson Ferreira da Silva, Sergio Bento de Araujo, World Company Soluções e Inovações Tecnológicas, JBG3 Tecnologia da Informação e Serviços Ltda. Prezados vereadores, estamos votando o Requerimento nº 32. Algum vereador gostaria de encaminhar?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Esse requerimento é de minha autoria. Como nós tivemos aqui as oitivas do Sr. Jailson, Sr. Sergio, nós vemos um vínculo entre as empresas que concorrem, um vínculo entre as empresas que perdem e acabam sendo vencedoras, e ainda não entendemos como é que a empresa que perde é vencedora aqui em Porto Alegre. E para dirimir essas informações e trazer luz ao que aconteceu, principalmente da parte financeira, para a população de Porto Alegre, o objetivo é a quebra do sigilo, principalmente porque nós temos vínculos parentescos, vínculos comerciais que ainda não foram sanados aqui. Nós temos o Sr. Sergio com dificuldade de ter trazido quanto que ganha o Sr. Jailson para fazer a entrega dos materiais, quanto que ganha o Sr. Jailson para ser representante. Mais alguma dúvida, Sra. Ver.^a Comandante Nádia?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): (Manifestação fora do microfone.) Não, não. Nominal.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Entendo. Em votação a quebra de sigilo. Encaminha o Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidenta Mari. Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão das CPIs, nunca antes esta cidade tinha visto duas CPIs para investigar a bandalheira nesse governo do Sebastião Melo. Até agora o Sebastião não veio até esta tribuna explicar. Ele não veio explicar. Ele está ocupado, Presidente, caminhando por aí com o seu chapéu de palha, enquanto as políticas públicas desta cidade estão abandonadas. Ele parece que não quer dar explicações para a cidade que tem mais de 29 mil crianças sem escola, mas, curiosamente, tinha mais Chromebooks do que alunos em algumas escolas, Ver. Giovanni. E é por isso que esta CPI está investigando, porque o governo não queria investigar. Vejam bem: eles tentaram até unificar as CPIs, porque eles não tinham... É o chamado “jeitinho”, o “jeitinho brasileiro”. Por isso que hoje é a hora da verdade. É a hora da verdade, e nós vamos poder ouvir nominalmente quem é a favor de quebra de sigilo e quem acha que tem que manter sigilo total. Quem quer sigilo total sobre o governo Melo? Quem quer o sigilo? Quem quer que tudo fique oculto, escondido, tranquilo na gaveta, porque eles precisam de tranquilidade, logo aí vem 2024. Eu já ouvi boatos de que eles querem acabar logo com a CPI. Mas qual é o objetivo disso? Qual o interesse de um vereador, eleito pelo povo, de não investigar, de não querer questionar? Nós temos que investigar, sim, presidenta. Por isso que este requerimento tem que ser aprovado, e exemplarmente, Ver. Oliboni, de forma unânime. O vereador não pode estar entregue ao Executivo, no colo do Executivo, abraçado com o Executivo. Existe na Constituição a independência entre os poderes ou não existe? Isso não é uma prerrogativa real? Eu queria saber, os vereadores foram eleitos na mesma chapa do Sebastião Melo? Que eu me lembre, não. Que eu

me lembre, são votos separados. O eleitor vai lá e vota: vereador, cinco números; e depois prefeito, dois números. Que daí, sim, o prefeito traz junto o vice, o vice vem junto com o prefeito, é um abraço só. E é outro que aqui também não veio falar, o vice-prefeito não veio falar. Inclusive, esse vice-prefeito já foi secretário da educação momentaneamente. O prefeito foi lá, saiu a Sônia, e ele botou quem? Ricardo Gomes, o sabe-tudo! Esse sabe-tudo sabe tudo, sabe tudo, sabe tudo. Sabe tudo de política pública, diz ele. Pois, se sabe tudo, tem que vir aqui conversar conosco, falar tudo que ele sabe, esse sabe-tudo dele. E o Sebastião Melo também, porque o Sebastião Melo pega o microfone por aí e diz que não tem dinheiro para isso, não tem dinheiro para aquilo, o cobertor é curto. Foi lá no Lami, esses dias, numa reunião, e disse: “Não tem dinheiro para fazer o que vocês pedem.” Mas aí tinha mais de R\$ 100 milhões para fazer compras na carona, R\$ 14,4 milhões só para um contrato. Saiu no jornal! O Tribunal de Contas do Estado encaminhou, na semana passada, para o Ministério Público de Contas e quer saber dos R\$ 14 milhões. Por que foi na carona? Então para concluir, presidenta, eu vejo que tem vereadores que nem olharam para mim, nem olharam. Eu estou aqui defendendo o requerimento e eles não olharam para esta tribuna. Então, colegas queridos, eu quero pedir a vocês todos, generosamente, o voto de vocês pela independência entre poderes, para investigar esses sujeitos, para nós termos informações para a gente fazer o trabalho de vereador, que é fiscalizar, e não é estar abraçado com governo algum.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver. Jonas Reis. Passo a palavra para o Ver. Claudio Janta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, bom dia; bom dia a todos membros desta CPI. Ver. Jonas Reis, quem está a serviço do governo Sebastião Melo aqui é o senhor. É o senhor. O senhor vem aqui e fala um bando de asneiras. Qual o presidente da república que foi depor em CPI no Congresso

Nacional? Diz um presidente que foi depor em CPI? Isso é direito do Executivo não ir depor em CPI. E nenhum presidente foi depor em CPI, pelo contrário, houve presidentes que arrumaram fórum privilegiado para não ir depor em CPI, para não ir depor em lugar nenhum. Nós queremos investigar, mas, quando senhor vem para cá falar um monte de asneira aqui, trazer a política das eleições do ano que vem para dentro da CPI, realmente senhor dificulta o trabalho de todos nós, inclusive o da CPI. Nós queremos investigar. Eu estou ainda pensando em votar a favor do requerimento, mas, com os seus argumentos, realmente, o senhor não disse aqui que o cidadão chegou aqui, sentou e disse que não conhecia ninguém na Prefeitura. Como é que consegue uma agenda se não conhece ninguém na Prefeitura? Não conhecia ninguém que estava na reunião. Isso me leva a votar a favor, porque eu sou vereador desta Casa, faço parte da base do governo, fui o primeiro partido a apoiar o prefeito Melo, fui líder do seu governo e para conseguir uma agenda com o prefeito, é um parto. Aí o cara vai lá e consegue agenda da noite para o dia; eu quero saber como é que ele conseguiu agenda. Eu quero saber como é que ele conseguiu agenda. Eu vi o Oliboni, numa reunião com o prefeito, pedir uma agenda para oposição, a agenda saiu a semana passada, que eu saiba, mas demorou uns 30 dias para conseguir agenda. Como é que o cidadão conseguiu agenda? Quem marcou a agenda? Ou ele mesmo ligou, marcou e tudo bem: “Aqui é o Janta, eu sou de Porto Alegre, eu queria uma agenda com o prefeito de Curitiba, seria possível conseguir agenda?”, “Para aí, Sr. Janta, nós vamos ver, vamos marcar uma reunião com o Sr. Janta.” Quem fez isso? Como fez isso? Como chegou lá? Isso aí eu quero saber, esse é o papel nosso. Agora, vir para cá falar que o prefeito foi no Lami... Nós estamos falando de dinheiro e verbas carimbados para a educação. Nós não estamos falando de recurso público da Prefeitura, recurso que vem do Tesouro, recurso que vem do IPTU, recurso que vem do ISSQN; nós estamos falando de recursos que vêm da União, carimbados para a educação. Isso nós queremos saber. Até por que, se tem tanta coisa para fazer na Prefeitura de Porto Alegre, o seu partido foi governo por 16 anos, então não fez tudo o que

tinha que fazer. Então, eu acho que nós temos que tratar as questões aqui na CPI com seriedade; eu acho que nós antecipamos as eleições, quando se fala que não tem que prorrogar a CPI, é para não antecipar a eleição. Estão usando a CPI para antecipar a eleição e não para fazer o papel que é de uma CPI. Volto afirmar para Vossa Excelência: qual governador esteve depondo em CPI aqui na Assembleia Legislativa? Qual Presidente da República esteve depondo em CPI no Congresso Nacional? Não é para o senhor vir exaltar que o prefeito Melo não quer vir depor, um prefeito que, desde que assumiu o mandato, sempre que foi chamado esteve aqui na Câmara, no horário de plenário, falando com todos vereadores, esclarecendo os temas do seu governo. Aí o senhor diz que o prefeito não quer vir aqui; então eu acredito que, na hora em que for necessário, o prefeito não irá falar na CPI, irá falar com a Câmara de Vereadores, com o plenário da Câmara de Vereadores. Seria isso, Sra. Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereador. A Ver.^a Comandante Nádia. Um aparte...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidente, só uma questão de esclarecimento; o Ver. Janta foi ali, falou que nenhum Presidente foi depor. Se esta Casa inventar uma Lava Jato, pode ser que o prefeito venha aqui.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Bom dia, Presidente Mari, Presidente Cecchim, queridos colegas destas duas CPIs da Educação, quero dizer para os senhores que não dá para ser um circo. Isto aqui é uma coisa séria; eu não acordo cedo para vir trabalhar na Câmara de Vereadores para ouvir bobagens aqui. E o pior de tudo é que muitas bobagens são propagadas, e lá fora a população acaba não sabendo a realidade. Isso me deixou muito preocupada porque, dentro de algumas bolhas, as coisas se criam de uma forma totalmente errada; aqueles erros mastigados, como faz muitas vezes o pessoal da esquerda, que cospem a democracia como se fosse um palavrão, como se

efetivamente não se tivesse lei que coordene e mande em tudo. Eu falo muito, Presidente Mari, desde o início desta CPI, em legalidade! Entendo que a senhora possa não compreender o que é legalidade, mas eu vou dizer para os senhores: eu sei o que é legalidade. Se em 28 anos de Brigada Militar eu não trabalhasse com a legalidade, injustiças seriam feitas. E nós não estamos vendo legalidade em vários atos que acontecem na CPI – legalidade, impessoalidade –, porque nós vemos aqui a pessoalidade, a questão politiqueria, nojenta, falar muitas vezes mais alto do que o que é legal. Entendo que tem muitos aqui que não sabem sobre legalidade, sobre lei, sobre regras, sobre normas, porque são exatamente aqueles que destroem o tecido social, fazendo baderna. E moralidade não é para qualquer um, ser moral, ter conduta não é para qualquer um; ter legalidade não é para qualquer um, mas eu gostaria que essas duas CPIs entendessem o que é legalidade. Para que nós não incorramos em erro, para que nós não incorramos em ilegalidade é que eu peço para os senhores vereadores prestarem atenção que sigilo bancário só é quebrado pela polícia, pela Receita Federal, pelo Judiciário; que CPIs podem, desde que sejam federais e estaduais; CPI municipal não pode. Está escrito. Então, querida Presidente, não é porque nós não queremos entender. Não faça das nossas convicções legais a sua pauta, ou seja, de outros vereadores, de que nós não queremos investigar. Não, nós queremos investigar dentro da legalidade, até porque quebra de sigilo é para pessoa investigada. Nós não temos investigados, nós temos testemunhas. Então, eu venho aqui, com toda tranquilidade, fazer a justificativa para que depois não saiam os *cards* de que os vereadores não querem investigar, não quiseram a quebra do sigilo bancário. É porque não pode. Não somos alguns ministros do STF que julgam, que dão parecer, que investigam, que são polícia, que são detetives, são tudo! Nós temos que nos ater às nossas competências, e não ultrapassar o que é o limite jurisdicional. E, para quebra de sigilo bancário, CPI municipal não pode, assim como outros órgãos não podem. Mas quero entender que a requerente desse requerimento, que é a Ver.^a Mari, tem intenção de ser um pouco mais do que uma Presidente. Ela quer

ser polícia, quer ser detetive. Nós temos... Vereadora, a senhora se atenha, eu estou lhe protegendo, estou protegendo a sua pessoa, o seu CPF, o seu CNPJ, a sua vereança, fique dentro da legalidade, vereadora, fiquemos todos dentro do que é legal para não incorrerem em erros e, ali na frente, nós sermos as testemunhas ou talvez os investigados. Então é “não”, e a motivação é única: não é legal. Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver.^a Comandante Nádia. Eu gostaria de esclarecer aos membros aqui da CPI que nós estamos, neste requerimento, colocando o Sr. Jailson Ferreira da Silva e o Sr. Sergio Bento – ambos empresários defendidos pela Ver.^a Comandante Nádia como sendo altruístas – como investigados, e, para isso, nós estamos colocando-os como investigados, nós não estamos mais mantendo-os como...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não terminou a CPI. Nós estamos colocando-os como investigados e estamos solicitando a quebra de sigilo bancário. E reforço, para todos que conseguiram ler os processos SEIs, o que consta, e na própria auditoria da Prefeitura, é que materiais eram recebidos sem mesmo serem recebidos, para antecipar recebimentos financeiros, Ver.^a Comandante Nádia. Como é que um servidor iria receber um material sem recebê-lo de fato? Para antecipar recebimentos financeiros. Isso está na auditoria da Prefeitura, que a Prefeitura ainda não teve coragem de nos enviar, mas isso está nos documentos da CPI, e é sobre isso que nós queremos saber. Onde aconteciam essas compensações financeiras que aconteciam antes da questão física, de o produto chegar de posse da Secretaria de Educação? Tendo em vista isso, e para entender a ligação entre essas empresas, nós estamos colocando o requerimento de quebra de sigilo bancário.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereadora, eu gostaria que a senhora lesse o requerimento. O requerimento está colocando-os como investigados.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu irei colocar em votação.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação o Requerimento nº 32. (Pausa.) Ver.^a Mari Pimentel vota “sim”. Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Ver. Mauro Pinheiro?

(Manifestações fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, eu gostaria de votar e de fazer uma justificativa do meu voto. Presidente, “Trata-se de requerimento veiculado pela Exma. Sra. Ver.^a Mari Pimentel, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Educação, com o objetivo de requerer deliberação sobre a imediata quebra de sigilo telefônico e telemático de Sônia Maria Oliveira da Rosa”...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): (Manifestação fora do microfone.) É o outro.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): É o outro?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): (Manifestação fora do microfone.)
Quer anexar a justificativa do voto?

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Não preciso ler, só falar, só isso?

(Manifestações fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Na verdade, eu fiz uma justificativa para os dois, tanto para a Sônia como para a Inca Tecnologia de Produtos e Serviços Eireli; a Sùdù Inteligência Educacional; a Astral Científica Comércio de Produtos e Equipamentos Ltda.; o Sr. Jailson Ferreira da Silva; o Sr. Sergio Bento de Araujo; a Word Company Soluções e Inovações Tecnológicas Ltda.; JBG3 Tecnologia da Informação e Serviços Ltda. O voto é (Lê): “Em que pese o art. 58, §3º da Carta Magna confira às Comissões Parlamentares de Inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, o Supremo Tribunal Federal, na ACO 730, julgada em 22 de setembro de 2004, determinou que a CPI municipal não pode determinar diretamente a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico ou telemático, devendo, para isso, obter autorização judicial. Na mesma linha, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é rica no delineamento dos limites dos poderes investigatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito, notadamente quando se trata de coibir quebra de sigilo sem fundamentação. O MS 23.960/STF, da relatoria do ministro Maurício Correa, aponta: ‘A legitimidade da medida excepcional deve apoiar-se em fato concreto e causa provável, e não em meras conjecturas e generalidades insuficientes para ensejar a ruptura da intimidade das pessoas.’ Dessa forma, a atribuição de poderes judiciais atribuídos a Comissões Parlamentares de Inquérito, em que pese possua previsão constitucional, não possui aplicação ilimitada, devendo ser interpretado sob a ótica dos princípios da concordância prática e da harmonização, de maneira que não viole garantias de direitos

individuais. No que concerne ao pedido de quebra telefônica e telemática (SEI/CMPA – 0638672), a ruptura do sigilo não pode restringir-se às suspeitas e suposições, cumprindo apontar fato concreto e a causa provável de sua existência, bem como justificar a necessidade e a imprescindibilidade da medida, o que não se verifica no caso concreto, vejamos: 'I-JUSTIFICATIVA. Os pedidos se fundamentam em razão dos graves relatos fornecidos pela Sra. Mabel Luiza Leal Vieira à vereadora ora requerente, em especial de interferência de agentes políticos em aquisições da SMED. A secretária Sônia, por meio do seu procurador, juntou petição e vídeo declaratório da Sra. Mabel, negando tais fatos, razão pela qual a quebra do sigilo se mostra adequada à solução dos fatos, até para melhor esclarecer os fatos à Comissão e ao Excelentíssimo Senhor Relator. Ainda, a captura de tela fornecida pela Sra. Mabel de uma conversa com o Sr. Mário Jaime Gomes de Lima, não foi reconhecida por este como verdadeira, de forma que dada a gravidade que está expresso no conteúdo das mensagens, se faz necessária verificação da autenticidade e o real envolvimento dos investigados.' A narrativa apresentada, não apresenta qualquer justificativa suficiente e apta a possibilitar tal violação, ao passo que o mero encaminhamento do vídeo a uma perícia técnica já demonstra suficiente para atingir o objetivo da demanda – qual seja, verificar a veracidade da informação. Em relação à quebra de sigilo bancário e fiscal (SEI/CMPA – 0638671) também a ruptura do sigilo não pode restringir-se a suspeitas e suposições, devendo apontar fato e a causa provável de sua existência, bem como justificar a necessidade de imprescindibilidade da medida, o que não se verifica no caso concreto, vejamos: 'II-JUSTIFICATIVA. A partir de 2022, o Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Educação aderiu a diversas atas de registro de preços, de forma desproporcional e sem devida justificativa técnica, gerando prejuízo e evidentes danos ao erário ao adquirir elevados quantitativos de materiais pedagógicos das seguintes empresas: Todas as compras acima somam o valor R\$ 43.859.532,71 (quarenta e três milhões e oitocentos e cinquenta e nove mil e quinhentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos)

de modo que todos os produtos adquiridos são de propriedade da empresa de alguma forma relacionados a INCA TECNOLOGIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI. Aparentemente a empresa SUDU INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL LTDA apenas fora contratada, pois a ata de registro da empresa INCA já havia inspirado, o que evidencia o direcionamento de contratação que de fato culminou com aquisição de acervo da editora Inca. Além disso, causa estranheza que todo procedimento de contratação foi acompanhado de um representante da INCA, o Sr. Jailson Ferreira da Silva, que no processo de contratação da SUDU, além de apresentar o orçamento, através de sua empresa, WORLD SOLUÇÕES, para artificialmente comprovar a ‘vantajosidade’ da adesão à ata, também foi o responsável por fazer a entrega de produtos da empresa SUDU supostamente sua concorrente. Em suma, o senhor Jailson Ferreira operou ao mesmo tempo como representante da INCA, proprietário da WORLD SOLUÇÕES, responsável pela entrega de orçamento, e entregador e distribuidor de material da empresa SUDU. Fatos, no mínimo, estranhos, e que merecem verificação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Tais situações reforçam a necessidade de verificar a legalidade de compras e a origem e o destino dos recursos públicos empregados nas aquisições de materiais didáticos, ao efeito de garantir que não houve desvio de finalidade ou mesmo corrupção entre as empresas e pessoas físicas envolvidas.’ A quebra do sigilo bancário e fiscal da das empresas e pessoas físicas, indicadas no SEI/CMPA – 0638671, deve ser fundamentado com indicativos claros e objetivos de desvio de conduta capazes de demonstrar fatos e atos autorizativos de medida tão extrema. Não basta somente terem contratado com a administração pública, mas, ainda, no mínimo deveriam ter sido ouvidos pela CPI, para depois ter firmado um juízo de valor, buscar medida tão gravosa. Não há nada, até o momento, qualquer indicativo que comprove uma mácula de maneira suficiente fundamentada para que se permita tal violação às empresas e pessoas físicas indicadas. Portanto, encaminho o meu voto pela rejeição do requerimento”. Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, o Ver. Mauro Pinheiro vota “não”; a Ver.^a Biga Pereira vota “sim”; o Ver. Claudio Janta vota “não”; a Ver.^a Comandante Nádia vota “não”; o Ver. Idenir Cecchim vota “não”; o Ver. Jonas Reis vota “sim”; o Ver. José Freitas, “não”; o Ver. Moisés, “não”; a Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino vota “não”; o Ver. Roberto Robaina vota “sim”. Está **REJEITADA** a quebra de sigilo bancário do empresário Jailson e do empresário Sergio Bento. Coloco em votação o requerimento...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Desculpe, agora passamos para a votação... Vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só registrar aqui, Presidenta, a minha tristeza de ouvir aqui colegas vereadores votando “não” a esse requerimento, infelizmente ajoelhando esta Câmara, esta CPI ao governo Melo. Isso é uma vergonha!

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Vota “não”; Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.); Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Vota “não”; Ver. Airto Ferronato. (Pausa.); Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Vota “sim”; Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.); Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Acompanha o relator; Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.) Vota “sim”; Ver.^a Karen Santos. (Pausa.); Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.) Vota “não”; Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.); Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Abstenção. Está reprovado o Requerimento nº 32.

Em votação o Requerimento nº 33, quebra de sigilo telefônico e telemático da secretária Sônia Maria de Oliveira da Rosa e da servidora Mabel Luísa Leal

Vieira. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão; obrigado, Presidenta. Este requerimento é fundamental e eu quero parabenizar V. Exa., até porque algo até hoje não explicado, mas visto por todos, secretária esteve aqui acompanhada do advogado que inclusive foi contratado deste governo Melo, da Prefeitura, ganhou quase R\$ 500 mil para atuar para a Prefeitura. É nebuloso um advogado que ganha quase R\$ 500 mil de contrato com a Prefeitura e logo depois vai ser o defensor da secretária. Ele deveria se anunciar impedido de fazer esse serviço, se ele estava trabalhando para o governo e logo depois está trabalhando para a secretária que saiu do governo por uma sequência enorme de escândalos, de debate público nas páginas policiais de jornais; investigação! Então eu fico realmente escandalizado com quem, porventura, eu digo porventura, não queira a quebra de sigilo dessa secretária. Por que não quebrar o sigilo dela? Pergunto: tem alguma ligação dela com Sebastião Melo que nós não podemos saber do conteúdo? É essa a pergunta para a base do governo. Não queremos saber qual era o diálogo da secretária com os demais secretários, até porque, Presidenta, tem um secretário que não veio aqui, o secretário Xandão, ele não veio aqui e ele foi citado várias vezes. Então, a gente precisa saber qual é a postura do MDB da capital que se dizia Movimento Democrático Brasileiro. Democracia pressupõe independência de poderes, pressupõe CPI firme e forte de verdade; não CPI para inglês ver, como se diz no linguajar popular. Eu quero CPI de fato, CPI que investigue do a quem doer. Mas parece, nobre Ver. Oliboni, que muita gente não quer investigação, de fato, porque nos faltam informações, nos faltam dados. Qual é a dificuldade de a gente saber das agendas? Qual é a dificuldade de a gente saber mais informações? É ou não é a CPI para investigar? Ou, por acaso, querem um relatório tranqüilinho? Eu acho que o relator não quer um relatório tranqüilinho, ele quer informações, por isso que eu saúdo o voto dele anterior

aqui. Mas eu questiono: quem mesmo está investigando? A Câmara de Vereadores não pode ficar para trás dos jornais. Os jornais investigam mais do que a Câmara, os jornais noticiam mais do que a Câmara. A Câmara tem que dizer a que veio. Ou representa, de fato, 1,3 milhão de habitantes ou não representa. Ou é um simulacro de representação? Porque daí uma minoria, uma minoria que não quer, de fato, investigação vai pressionando, vai enterrando os requerimentos. Não! Nós queremos, de fato, saber tudo que aconteceu. Até agora, a gente não sabe tudo. Até agora teve gente que veio aqui que a gente questionou, perguntou várias vezes e não responderam todas as perguntas. Vocês se recordam? Eles não responderam. E tinha gente que até dava risada da Câmara, quando alguns se alvoroçavam a defender os convidados. Vocês acreditam nisso, povo? Que tinha vereador defendendo convidado? Como se, anteriormente, estivesse numa mesa de bar com eles, conversando e dialogando, como se fossem amigos de infância. Eu queria entender o que o Sebastião Melo está fazendo. Sebastião Melo, prefeito de Porto Alegre, foi eleito no último período, é prefeito ainda, mas o senhor, até agora, não foi para a televisão, para o rádio, com aquela sua fala mansa, aquela sua toada cancionista, não foi ainda explicar para nós por que faltavam, professores, por que as obras não eram feitas e tecnologias. Coisarada era comprada sem consultar as comunidades, sem ouvir técnicos, sem saber das necessidades das escolas. Nós denunciemos agora uma colinha – sabe essas colinhas de colar papel, que se usa no material escolar para as crianças, colagem – uma colinha líquida que este governo comprou. É líquida a cola, pura água, gente, pura água – pura água! –, as professoras reclamam em todas as escolas. É uma que tem um palhacinho. E essa compra foi feita pelo prefeito Melo. Nem cola de qualidade eles compravam! E o giz de cera, que está nas escolas agora, nem pinta! Nós temos um giz de cera para as crianças dos mais pobres, vereadora, que deveriam ter acesso às artes nas escolas e não tem, porque o governo comprou um giz de cera que nem pinta! E aí eles não querem aqui que a gente quebre o sigilo, eles não querem aqui que a gente tenha informação. Eu quero saber quem

mandou comprar esses materiais podres para as escolas! Nós queremos saber, e é por isso que eu queria pedir encarecidamente que vocês votassem a favor. Ou vocês não se importam com a educação do mais pobre, do filho do trabalhador das periferias que estão lá com esses materiais sucateados? Uma vergonha! Eu falei aqui na cara do senhor empresário da última semana, Vereadora-Presidenta, ele diz que não se envergonhava de ter entregue mais de 50 mil livros com erros de português, com erros de digitação. E aí eu disse para ele, depois que ele respondeu, eu aguardei, ele disse: “Não, não tenho vergonha, eu troquei o material, entreguei de novo.” De novo ele entregou outro material que uma escritora tinha duas datas de nascimento, no mesmo material, Clarice Lispector, segundo os materiais do senhor empresário, que foi que vendeu sem licitação própria para a Prefeitura, Clarice Lispector nasceu duas vezes! É uma façanha ou não é? É uma façanha ou não é?! Só nos livros que o governo Melo compra a gente tem a mesma escritora nascendo duas vezes. Como é que fica uma criança que está dentro da escola, estudando isso, gente? Se o material é de péssima qualidade não tem como mudar o IDEB. Daí eles falam: “Tem que melhorar o IDEB, tem que melhorar a educação.” Melhorar como, se os governantes compram coisas que não prestam, que sequer um setor de revisão tinha nessa empresa? Que empresa é essa? O que é isso que produz? Então encerro aqui a minha participação ficando triste, porque parece que tem gente que não quer investigar. Então peço, meus queridos colegas, por favor, votem “sim” pelas nossas crianças, pelas nossas escolas, pela educação pública de qualidade. Vamos investigar a fundo isso, vamos descobrir, de fato, o que aconteceu.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, vereador. Gostaria de ajudar o Ver. Jonas Reis com a informação de que o contrato com o senhor advogado Pedro Poli foi prorrogado pela Prefeitura de Porto Alegre, sendo meio milhão por ano que ele presta de serviço, sem licitação, para a Prefeitura de Porto Alegre, o advogado da então secretária Sônia. Gostaria de reforçar até

com a informação que aqui todos têm, e essa informação, Comandante Nádia, não é a primeira vez que vem aqui no telão da CPI, mostrando que a servidora Mabel coloca que a secretária Sônia foi procurada, cinco dias antes de a servidora Mabel vir aqui depor, por algum membro do gabinete do prefeito. Não sabemos quem é esse membro, por isso nós precisamos entender como é que era essa relação. Se era telefônica, quem ligava para a servidora Sônia para saber sobre a Mabel, se a Mabel era de confiança, ou estava tendo reuniões ou conversas com vereadores e secretários. Essa quebra de sigilo tanto da servidora Mabel como da servidora Sônia é para dar luz ao envolvimento de pessoas, além das que já vieram, na investigação, nesta CPI. E dá para ver que a servidora Sônia aqui, como relata a servidora Mabel, está com medo. Então, a quebra de sigilo, é esse o objetivo: como o gabinete do prefeito foi procurar a servidora cinco dias antes de vir depor aqui na CPI? Para a gente ter informação e dar luz à população de Porto Alegre de onde veio essa ligação e quem trouxe, nós precisamos aprovar esse requerimento. Não havendo, coloco em votação o requerimento... O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 33.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sra. Presidente Mari, Sr. Presidente Cecchim, de ambas as CPIs, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na outra quebra, eu me abstive porque, como liberal, tenho muito receio do avanço do Estado sobre o cidadão, do avanço do Estado sobre o empresário, o empreendedor. E com alguns conteúdos convergentes, com o nobre relator, eu não me senti convencido a votar “sim” ou “não”, porque eu entendo os dois lados. Eu entendo a linha de raciocínio da minha colega e líder do Partido NOVO, Mari Pimentel, mas faltou, ainda – e aí cito os elementos trazidos pelo Ver. Mauro –, um “que” para eu votar “sim”, por isso me abstive, para não atrapalhar a linha de raciocínio e investigação da minha colega. Mas, nessa quebra de sigilo, aqui nós temos duas pessoas que foram funcionárias públicas pagas com o imposto daquele que acorda cedo, gera riqueza e renda neste Município. São pessoas

que, sim, devem explicações ao aparato estatal, neste caso, a esta CPI. Além disso, como a Ver.^a Mari tem trazido, pairam muitas dúvidas: esse diz que não diz que, um sabe o outro não sabe, é o pessoal deles, é o pessoal nosso. E repito: como ambas foram servidoras públicas pagas com o nosso imposto, parece-me fazer sentido e, por isso, eu peço o voto de todos os vereadores e vereadoras para que votemos “sim” para a quebra de sigilo, com responsabilidade, para que nós possamos entender a partir desses dados. E aí o que vier disso, se abrir uma caixa de Pandora e acharmos que temos que quebrar sigilos da iniciativa privada, pois bem. Então, eu voto “sim” para essa quebra de sigilo, porque são pessoas que estiveram sendo pagas com o dinheiro do contribuinte, num momento em que houve, no mínimo, muito desperdício de dinheiro e maltrato da *res publica*, da coisa pública, de livros, de *tablets*, computadores e o que valha. Por fim, alguém citou mais cedo, Ver.^a Karen, sobre o que sai daqui ser mal-entendido lá fora. Outro dia, estavam dizendo que o NOVO era “puxadinho” do PT e do PSOL. Vereadores desta Casa espalhando *fake news* em grupos de WhatsApp, dizendo mentiras sobre o único partido de direita raiz deste País, o único partido de direita liberal, que vota contra o inchaço da máquina pública, que realmente fiscaliza o Estado. Então, que nós tenhamos, realmente, que saiam daqui para que as pessoas lá fora não caíam em mentiras e *fake news*, às vezes de quem a gente menos espera. Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 33.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Colegas, Presidente, realmente para mim, é muito difícil ficar escutando mentira, é muito difícil, para mim, ficar escutando vereadores aqui que tentam, de uma forma elástica, defender o indefensável. Vou ler novamente para os vereadores que poderão estar incorrendo em crime: “Quebra de sigilo bancário é considerada uma medida

extrema, autorizada em situações específicas para a pessoa investigada.” Nós não temos nenhum investigado nesta CPI, nós temos testemunhas. Não pode a Presidente Mari transformar uma testemunha em investigado, porque ela está incorrendo em crime, a não ser que nós já tenhamos encerrado esta CPI, e, ao final, a gente transforme testemunhas em investigados. Bom, aí eu concordo que eles são investigados, antes não, vereadora, antes não. Não adianta fazer aqui jogo de palavras, porque a requisição de quebra de sigilo bancário é feita por instituições específicas, e que eu li antes para vocês: CPI municipal não pode, caso contrário, esse ato, daqueles que votam “sim”, pode se caracterizar como crime. Os vereadores que estão votando “sim” à quebra de sigilo bancário, que não pode, estão incorrendo em crime passível de punição, inclusive com prisão. Bastaria terminar aqui a minha fala, mas infelizmente nós temos que continuar, porque vir um vereador do PT aqui dizer que nós não nos importamos com a educação municipal é uma mentira, é uma mentira! Tanto eu quanto os colegas vereadores nos importamos com a educação municipal, que nós queremos os melhores materiais para quem é da periferia. Os meus filhos, que estudaram em colégio particular, no Colégio Militar, tiveram os melhores materiais. E por que não pode o filho do mais pobre ter os melhores materiais? A base está confusa. Esta CPI tem como objeto a defesa dos estudantes municipais, a defesa dos estudantes mais pobres. Que é exatamente o que os partidos que se dizem das minorias, defensores dos trabalhadores, dos mais pobres, não estão levando em conta. Vamos mais, Ver. Tiago, não tem ninguém disseminando *fake news*, mas tem uma fala aqui que pode ser interpretada de duas formas. E para que não haja nenhuma dúvida, volto a esta tribuna para dizer: sigilo bancário não pode ser solicitado por CPI municipal, diz a jurisdição, diz a legalidade. Então encerro dizendo que é “não” novamente, para que a gente não incorra em crime. Se nós estamos querendo aqui investigar algum tipo de crime, não podemos nós estarmos incorrendo em crime, e ponto. É simples, só isso, Presidente Mari; só isso, nobres colegas. Nós queremos investigar dentro da legalidade. O senhor quer um aparte na minha fala? Então tá, muito obrigada. É “não”.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sra. Presidente, outro dia, o prefeito Melo lamentavelmente falou no microfone da rádio Guaíba que o NOVO em Porto Alegre é um puxadinho do PT e do PSOL, mas quem usa táticas do PT e do PSOL na tribuna é a vereadora da base, ameaçando a atividade parlamentar de crime. A pessoa vota como ela quer. Quer dizer, “Ah, vocês vão estar incorrendo...” O rádio, esses tempos, fez isso, e aí todo mundo aqui “Não, porque está ameaçando e vamos...” Aí ela sobe na tribuna, vereadora da base, de direita, e usa o expediente da esquerda de ameaça. Então, para deixar registrado, Sra. Presidente.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Quero responder ao nobre colega, que eu tanto prezo pela inteligência...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não parece.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Mas parece que não está usando a inteligência aqui, Ver. Tiago. Eu estou lendo o que diz sobre quebra de sigilo: que quem solicita, sem a devida competência, é passível, sim, de crime – ponto. Mas, com certeza, a maioria dos vereadores vai votar “não” a essa excrescência, a esse absurdo. É só isso. Agora, usar palavras que eu estou ameaçando... O senhor não me conhece, Ver. Tiago. O senhor me respeite assim como eu o respeito, até para a gente ter uma convivência pacífica dentro deste plenário. Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Antes de colocar em votação, eu só vou tirar duas dúvidas. Ver.^a Comandante Nádia, nós não estamos votando a quebra de sigilo bancário e, sim, telefônico e telemático. Eu sei que a senhora encaminhou falando bancário, bancário, bancário... Não sei se você pegou a folha errada para ler, mas é outra quebra sigilo que nós vamos fazer. Com

relação à quebra de sigilo, se aprovada aqui, ela vai para a Procuradoria da Casa, essa irá encaminhar para o Judiciário, para esse deliberar. Nunca é um vereador ou uma comissão; quem passa é a Procuradoria da Casa que, em nome da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, encaminha para o juiz. Só para deixar registrado, porque me parece que a conversa não está ajudando muito. Coloco em votação o Requerimento nº 33. (Pausa.) A Ver.^a Mari Pimentel vota “sim”; Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Vota “não”; Ver. Mauro Pinheiro (Pausa.) Vota “não”; Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Vota “sim”; Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Vota “não”; Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Vota “não”; Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Vota “sim”; Ver. José Freitas. (Pausa.) Vota “não”; Ver. Moisés Maluco do Bem. (Pausa.); Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.); Ver. Roberto Robaina. (Pausa.)

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vamos votar aqui novamente. Ver.^a Biga Pereira, como vota?. (Pausa.) Vota “sim”.

Ver. Idenir Cecchim, agora pela outra CPI. (Pausa.) Vota “não”; Ver. Márcio Bins Ely (Pausa.); Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) vota “não”; Ver. Airto Ferronato. (Pausa.); Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Vota “sim”; Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Vota “não”; Ver.^a Fernanda Barth (Pausa.) Vota “não”; Ver. Giovanni Culau e Coletivo (Pausa.) Vota “sim”; Ver.^a Karen Santos (Pausa.) Vota “sim”; Ver. Moisés Maluco do Bem (Pausa.) Vota “não”; Ver.^a Psicóloga Tanise (Pausa.); Ver. Tiago Albrecht (Pausa.) Vota “sim”. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO**, nas duas comissões, o Requerimento nº 033.

Tendo em vista o adiantado da hora, gostaria de convidar o servidor Roberto José Costa Mota Júnior, procurador setorial, para compor a Mesa.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Uma questão de ordem, Presidente. Como nós temos ainda oitavas, gostaria que o requerimento que eu

fiz a respeito de provas que não estejam no processo não possam ser utilizadas – eu acho que isso é muito importante também, para que a gente possa garantir a legalidade de toda esta CPI –, eu gostaria que a gente votasse o quanto antes esse requerimento, que é bem importante.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): *Ok, deixamos registrado que começará por esse na próxima oitiva então, na próxima semana, na próxima sessão.*

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Bom dia, Sr. Roberto, gostaria que o senhor se identificasse primeiro, dizendo nome completo, sua idade, estado civil, endereço e profissão, e se exerce algum cargo público, qual o cargo que exerce, qual atividade e se possui alguma ligação com partido político.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Roberto José Costa Mota Júnior, sou servidor municipal, procurador municipal. Tenho 40 anos, moro no bairro Petrópolis, em Porto Alegre. Não faço parte de nenhum partido político.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Só para deixar claro, o senhor está aqui convidado como testemunha na CPI da educação. Tudo que o senhor falar aqui tem que ser a verdade. Então, o convido a jurar. O senhor jura perante a lei que vai falar somente a verdade?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Juro falar somente a verdade.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Roberto, qual a função que o senhor exerce na Prefeitura?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Sou procurador municipal. Hoje, estou no cargo de assessor especial, e antes era setorial da SMED.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): O senhor é concursado?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Sou concursado.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): O senhor gostaria de fazer uma explanação inicial sobre os fatos? O senhor deve estar acompanhando a CPI da educação.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não. Não.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Prefere as perguntas ou o senhor quer falar ou fazer alguma...

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não. Sou procurador do município, acessei por meio de concurso público. Estou no Município de Porto Alegre há pouco mais de três anos. Fui procurador no Estado de Pernambuco de uma estatal, a Compesa, que é a companhia de saneamento. Antes, fui auditor de controle interno no Município do Recife, lá também fui gestor de contratos no Município de Recife. Tenho outra formação, sou contador de formação pela Universidade Federal de Pernambuco. Tenho duas pós-graduações: uma em direito público e outra em licitações e contratos. Sou também hoje mestrando em direito. É o que eu tenho para falar.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Qual a sua função? O senhor continua hoje na Secretaria de Educação?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não, estou há um pouco mais de um mês como assessor especial no gabinete do procurador-geral.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Qual a sua função quando o senhor exercia a função de procurador na Secretaria Municipal de Educação?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Nas setoriais, a gente tem duas funções específicas: ou a gente faz consultoria e assessoramento. A gente só não faz o contencioso judicial, mas essas duas funções a gente faz nas procuradorias setoriais. Era isso que eu fazia na SMED.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Nesses processos que estão sendo relatados à CPI, o senhor certamente está acompanhando, qual foi a sua participação como procurador?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu era parecerista nesses processos. Sempre tem uma fase que passa pela Procuradoria. A grande maioria desses processos passa, em uma fase, pela Procuradoria, então era nesse momento que eu atuava.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): O senhor recorda desse processo?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: São inúmeros processos. A gente, numa setorial dessas, a gente lida com inúmeros processos; e, durante o ano de 2022, especificamente, foram muitos, a gente dividia. Estávamos na setorial eu e um colega, estávamos lá na setorial, então a gente fazia uma distribuição entre eu e ele, nesse sentido.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Os vários processos que o senhor deu parecer da Secretaria Municipal de Educação, em algum momento, alguém da secretaria, como a secretária ou um secretário adjunto ou alguém que exercia um cargo, uma função mais política dentro da Secretaria lhe pediu para fazer um parecer diferenciado, dando algum parecer que ajudasse ou fosse contra a lei para que pudesse comprar algum equipamento, fazer alguma compra?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não, não, nós tínhamos liberdade para poder atuar na nossa mister de consultoria com liberdade, não existia esse tipo de intervenção.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): A Prefeitura, o prefeito, o vice-prefeito, algum secretário alguma vez lhe fez algum pedido dessa forma?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Nunca, nunca.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): O seu parecer nesses processos... O senhor foi chamado por alguém depois que o senhor fez o seu parecer lhe dizendo para mudar o parecer nesse processo ou em algum outro processo?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não, isso pode ser muito bem acompanhado nos próprios SEIs. Não recorro de ter nenhum parecer meu alterado por nenhuma instância do Município de Porto Alegre.

VEREADOR-RELATOR MAURO PINHEIRO (PL): Estou satisfeito, Sra. Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Passo a palavra para o Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Bom dia, Presidenta, colegas vereadores, vereadoras; bom dia ao nosso convidado desta manhã, o Sr. Roberto José da Costa Mota Júnior, que exercia, na ocasião, a função de procurador do Município de Porto Alegre, como chefe da Procuradoria Municipal Setorial, Secretaria Municipal de Educação – bom dia, seja bem-vindo, nobre procurador. Pois então, faria aqui algumas perguntas; dentre elas, destacaria: como era a relação do senhor na Secretaria com relação a deliberações com a secretária e as secretárias-adjuntas da Secretaria de Educação?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Lá na SMED, especificamente, as setoriais não necessariamente estão dentro da própria secretaria, porque a PGM é um órgão em separado. A gente termina atendendo a secretaria, como, por exemplo, quando eu estava na 08, logo que eu cheguei no município de Porto Alegre, eu atendia gabinete de prefeito, a própria Procuradoria, Secretaria da Fazenda. Então, o que acontece aqui especificamente: lá na SMED, é interessante que a gente tem até assento, mas, no ano passado, foram deferidos os teletrabalhos e, para eu poder dar conta de uma pasta desse tamanho, praticamente um ano inteiro eu trabalhei da minha casa. Então, só de vez em quando que eu iria lá na SMED para poder fazer alguma reunião específica, algo nesse sentido. Mas minha relação era muito pouca com a secretária Sônia e com o secretário Mário. Eram relações muito pontuais de algumas reuniões em que nos encontrávamos. Eu não estava nem no dia a dia da secretaria. Eu trabalhava, na sua grande maioria, da minha casa.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Procurador, olha só: o senhor acabou de dizer que não está mais na secretaria.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Sim.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu lhe perguntaria: quanto tempo o senhor ficou lá e qual foi a sua participação nos processos de compra, nas alterações de fluxos e permissão nos processos? Não precisariam passar, na sua opinião, pela Procuradoria? O que que o senhor estava fazendo lá?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Perfeito. Eu estava na Secretaria de Educação desde janeiro de 2021. Eu comecei... Exatamente, eu lembro bem que eu fui convidado quando minha filhinha nasceu, minha filhinha gaúcha. Dá para notar que eu não sou daqui, sou de Recife. Então, minha filhinha nasceu, me convidaram para estar lá na SMED. Desde então, eu estava na Secretaria de Educação e, há um mês e pouco, fui convidado para a Assessoria Especial. Então, foi o período que eu fiquei.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Convidado por quem?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Pelo procurador-geral. Ele convidou. Então, fui e aceitei. Hoje estou lá na assessoria de lá do gabinete. Sim, quanto aos processos, os processos, em sua grande maioria, passam pela Procuradoria. Eles passam em sua grande maioria. Atualmente, claro, em uma modernização, a Procuradoria como um todo termina fazendo pareceres referenciais, que são pareceres – digamos – normativos, que servem para o Município inteiro. Então, algumas contratações, especificamente, como – digamos – adesão à ata, essa especificamente não passa pela Procuradoria. Por quê? Por que tem todo um passo a passo a ser cumprido. Se o servidor cumpre aquele passo a passo, ele consegue contratar sem a necessidade de um parecer final da Procuradoria. É nesse sentido.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Mas, então, olha só, Sr. Procurador; o senhor, como procurador do Município, entende juridicamente correto que um processo de adesão à ata de registro de preço inicie já a indicação da empresa que era... Enfim, que aconteceu ser contratada?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não. Assim, a gente teria que ver como é que foi o planejamento...

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nesse caso, o senhor se lembra ter emitido um parecer favorável?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não, eu não sei nem do que o Sr. Vereador está falando. Não sei nem do que o Sr. Vereador está falando.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Mas em todos os processos, o senhor acabou dizer que emitia parecer.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Emitia na sua grande maioria, na sua grande maioria dos processos. E acabei de falar também que nos processos de adesão à ata de registro de preço existe um parecer referencial em que não há necessidade que o procurador, ele faça, naquele processo, manifestação, visto que tem um parecer que é como se fosse um parecer normativo. Então, tem todo o passo a passo para que seja iniciado e finalizado o processo sem a necessidade de manifestação da Procuradoria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Ok. Última pergunta: por qual motivo a secretária Sônia, na sua opinião, não usou os serviços da Procuradoria nos trâmites dos processos e compra, visto que o volume das aquisições era significativo e somou mais de R\$ 100 milhões?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Se eram de adesão à ata de registro de preços, ela se arrimou na lei, no parecer referencial da Procuradoria, e por isso não passou pela Procuradoria, por isso.

VEREADOR ALDCIR OLIBONI (PT): Quer dizer que as deliberações todas eram da secretária? Na sua opinião.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não. Eram todos os servidores. Existia um passo a passo ali para várias etapas dos servidores atuarem no processo.

VEREADOR ALDACIR OIBONI (PT): Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Procurador, eu gostaria de reforçar as perguntas aqui do Ver. Aldacir Oliboni, que me parece que ainda está difícil para quem acompanha até de casa saber o seu trabalho na Secretaria Municipal de Educação, e sabemos hoje, até com o trabalho remoto, que existem diversas maneiras de comunicação. Nós mesmos sabemos que a secretária Sônia, no município em que ela atuava, em Canoas, ela se comunicava e solicitava aos procuradores que despachassem os documentos via WhatsApp. Então nada impede que ela tenha o relacionamento dela, da secretária adjunta ou do secretário adjunto, fosse com o senhor via WhatsApp, não precisando estar limitado mais ao ambiente físico, como antigamente. Esse tipo de relacionamento, acontecia entre vocês, via WhatsApp?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Sim, sim. Não somente ela, como vários servidores tinham acesso a mim para pedidos...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Para antecipar projetos?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não, não antecipar especificamente. Mas, olha: “Esse aqui é importante, esse aqui é importante”, tudo bem; sendo que tudo que vinha para a Procuradoria era visto com o mesmo grau de importância. O nosso lema lá – meu e do colega que dividia comigo a Procuradoria Setorial 03 – era: os primeiros que chegavam eram os primeiros que saíam. Não tinha esse negócio, o que a gente tentava fazer era justamente um fluxo de processo: os que chegavam em primeiros colocados eram os primeiros que saíam. Era assim que a gente trabalhava.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E por que tu achas que a secretária ou os demais envolvidos na Secretaria de Educação gostariam de antecipar esse fluxo de processo?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não dá, não dá para saber, não tenho nenhuma noção sobre o que leva, qual é a intenção, qual é o móvel que faz eles quererem alguns serem mais rápido do que outros. Não dá para saber, não tenho condições para isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O senhor sabia que o Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União aponta 11 etapas na fase interna de licitação, e que a definição da modalidade a ser adotada é apenas uma delas? Diante desse fato, qual o seu parecer jurídico para que os processos de aquisição, conforme o Ver. Oliboni falou, começaram já com fornecedor definido, sendo eles as atas aderidas às empresas Inca, Astral, Edulab, Brink e Sùdù, todas elas investigadas, e eu tenho certeza que o senhor está acompanhando, e todas elas também no processo de sindicância da Prefeitura? Porque o senhor, sendo procurador setorial, deixou que aquela orientação que o senhor passou não fosse cumprida, uma vez que já começava com a definição do fornecedor?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Isso é bem interessante. A gente está falando aí, digamos, de uma etapa de planejamento e citou-se o TCU como guarida. O que é que nós temos aqui? Um divisor de águas bem interessante aqui que a gente tem que ter noção. A lei que regia esses processos, e ainda é hoje, é a 8.666/93. A Lei 8.666 não traz em seu bojo uma etapa de planejamento tão forte. Se você for olhar bem, ela vai falar, eu acredito, sobre o projeto básico para serviços de engenharia. E, claro, no tempo, a jurisprudência do TCU, como foi citada pela vereadora, alguns normativos da União começaram a trazer um planejamento mais forte. Esse planejamento é incorporado na nova lei de licitações e contratos, que o Município de Porto Alegre vai começar aplicar a partir de janeiro do ano que vem. O que nós temos aqui como algo muito interessante? A gente tem, geralmente, aquele servidor público que não está a par, digamos, de todo o bloco de legalidade no que eu quero falar sobre jurisprudência de tribunais de contas, etc. O que ele tem, muitas vezes o que ele faz e aplica é o “cara, crachá”, é pegar a legislação, olhar se tem ou se não tem, para poder fazer. O que eu estou querendo dizer aqui é que, a partir de agora, nós vamos ter um planejamento muito mais forte com a nova Lei de Licitações e Contratos. Se a gente observar, no parecer referencial da adesão à ata, por exemplo – eu falo da importância disso em algum momento, que fui até eu que terminei fazendo o parecer referencial e tem nele essa etapa –, se a gente for ver não tem um passo a passo firme e forte nem mesmo o meu, porque não existia esse passo a passo firme e forte sob a égide da Lei 8.066/93. O que eu estou querendo dizer aqui é que simplesmente nós não podemos, por exemplo, falar sobre uma omissão qualificada do servidor naquele momento ou que a gente pode chamar de erro grosseiro, porque a lei não ditava um passo a passo. A gente vai ver isso muito mais forte agora, a partir da aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos. Então é nesse sentido que eu vejo que realmente era frágil, porque não existia um passo a passo firme.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu estou um pouco pasma e eu não entendo se o senhor está relativizando um possível crime, que é o direcionamento de compras para donos de empresas, ou se o senhor está se protegendo, como fez no parecer. Nós vemos que o parecer do senhor começa com uma introdução rasa, durante o corpo aumenta uma explicação e que deveria ser cumprida pelas servidoras e termina com uma conclusão branda. E me parece que depois nós compramos 12 itens que estão sendo investigados, nós gastamos mais de R\$ 100 milhões e a Procuradoria Setorial não pegou, passou batido, eu não entendo. Eu, realmente, estou pasma diante da sua fala, ao relativizar a lei das licitações apenas porque o Município de Porto Alegre não aderiu à nova lei.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: De que parecer a senhora vereadora está falando?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Do seu parecer referencial. Se quiserem, a gente pode botar na tela.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Ele é raso em que momento?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O início e a conclusão são rasos, eles não são enfáticos ao manter os 11, os processos.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Senhora vereadora, ali tem todas as melhores práticas do Brasil num único parecer, como é que ele é raso, frágil, etc.?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Você que é procurador. Eu reforço que na conclusão...

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: As jurisprudências do TCU estão todas lá.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): No desenvolvimento, não na conclusão.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Em todo ele. Não tem condições de ter uma conclusão do tamanho do parecer, senhora vereadora. Ele é um resumo, para você buscar no corpo do texto, no desenvolvimento do parecer.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exato. E por isso que nós precisamos que as servidoras façam de acordo com o que está no corpo do texto, e o senhor relativizou a atuação das servidoras aqui neste momento.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Qual seria a formação específica para se tentar fazer mais do... Não existia mais do que tinha naquele parecer naquele momento histórico. É isso que eu estou querendo falar. O que nós temos é um parecer que ele é muito bem minudenciado, ele tem todos os requisitos, inclusive com a jurisprudência do TCU lá citada, com uma conclusão, mostrando de modo sintético tudo que está no parecer, para o servidor que o pegar ir lá no corpo do texto e somente aplicar. Não teria condições de ser mais didático do que aquilo ali.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu acredito que o senhor conseguiu entender que eu reforcei que, durante o seu corpo técnico, ele está tecnicamente, só que não na sua introdução e na sua conclusão. E depois nós vemos que todas as servidoras que se sentaram aqui não cumpriram o parecer, e a Procuradoria não fez um apontamento diante dessas irregularidades. E estamos numa CPI hoje, neste dia, daqui a pouco porque a Procuradoria não conseguiu fazer o seu trabalho que era barrar situações de direcionamento na

Prefeitura de Porto Alegre. Então, a minha pergunta é bem enfática para o senhor: o senhor, como procurador, recebia uma verba, um prêmio por estar num cargo de liderança, o cargo de liderança do senhor lhe dava um prêmio, uma FG. Para que toda população entenda, essa FG é para que o senhor respondesse como setorial da educação. Como setorial da educação, a maioria dessas compras que está sendo investigada aqui pela CPI não teve depois nenhuma avaliação da PGM Setorial, pela qual o senhor é responsável. E elas não cumpriam o parecer referencial que o senhor fez, e o senhor não denunciou.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Nós temos que fazer uma divisão muito clara aqui: a partir do momento em que é feita, digamos, uma manifestação da Procuradoria, ela tem lá todo passo a passo. Se aquilo ali está frágil ou não, cabe aos órgãos de controle, como, por exemplo, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul ter atuado nisso. Está frágil? Está ruim? Por que nós não tivemos nenhum apontamento do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul? Ou seja, onde estava a Câmara de Vereadores, que também é o órgão que faz também fiscalização? Então, assim, eu peço desculpas, bastante escusas aqui, porque eu nunca fui provocado para poder fazer qualquer tipo de mudança ou alteração. O Município de Porto Alegre não foi provocado para isso. Nós temos a lei, como eu falei, no parecer referencial tudo que era de melhor. Porque não existia na Lei nº 8666/93 a adesão à ata, que era uma construção do Tribunal de Contas da União e que, no tempo, foi sendo incorporado pelos estados e municípios do Brasil. Hoje, com a nova Lei de Licitações e Contratos, nós temos, sim, na nova lei, dizendo e tudo mais; e naquele momento eu tinha que fazer uma consolidação do melhor, para dar o melhor ao Município de Porto Alegre. E agora eu estou sendo provocado como se não fosse. Eu estranho muito, me estranha muito mesmo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sr. Roberto, durante o desenvolvimento do seu material, do seu parecer, você coloca a pesquisa prévia,

mas não consta no seu *checklist*. Por que a pesquisa prévia é um dos itens que não consta no *checklist* depois na parte da conclusão?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Mas vários temas não checam, o *checklist* é simplesmente a conclusão do parecer, você vai ter que beber na fonte depois. Você não vai fazer uma conclusão do tamanho do parecer; é impossível. É impossível. Tem que estar ali somente o passo a passo para o servidor seguir, mas ele vai ter que beber na fonte de algum lugar. É impossível um parecer em que eu colocasse a mesma coisa que está no parecer, no corpo do parecer, na conclusão. É impossível.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Questão de ordem, eu gostaria de poder me manifestar também.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Todos irão se manifestar.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Mas a senhora tomou a palavra e não deixa mais ninguém falar.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, eu estou reforçando as mesmas perguntas que o Ver. Oliboni fez, só que o nosso procurador foi evasivo e nós temos uma lista.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Procurador Roberto Mota, eu gostaria que o senhor me dissesse se o senhor cumpriu todas as práticas que estavam na lei no momento em que o senhor fez o parecer.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Com toda a certeza, com toda a certeza.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereadora Fernanda Barth, nós temos a Abigail inscrita, o Giovani, o Jonas.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): (Manifestação fora do microfone. Audível.) A senhora é autoritária, a senhora é uma ditadora, a senhora está usando isso como palanque político, a senhora não respeita os seus colegas vereadores e a senhora faz acusações levianas sem parar para todo mundo que senta naquela cadeira.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Quantos processos SEI a senhora instruiu? Eu gostaria só de...

(Manifestações fora do microfone da Ver. Fernanda Barth e do Ver Idenir Cecchim. Inaudíveis.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O meu telefone realmente não. Eu só gostaria de deixar registrado que o Município de Porto Alegre, procurador, foi julgada como procedente, pelo Tribunal de Contas do Estado, a questão da investigação do Mind Lab, e o senhor falou que nem a Câmara de Vereadores nem o Tribunal de Contas estão investigando. Nós estamos investigando, sim.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não é isso...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Passo para a Ver.^a Abigail.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Posso falar, Presidente? Sanar e sanear é a mesma coisa, viu? Nós temos tantas corregedorias, professores de português aqui e que, enfim... Bom dia, Sr. Roberto.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Bom dia, vereadora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Aqui, a Presidente Mari, o Ver. Oliboni estão lhe questionando, neste momento, em relação ao parecer referencial elaborado pelo senhor. Inclusive, a Ver.^a Mari lhe pergunta se gostaria que colocasse no telão, para que a gente pudesse acompanhar o seu parecer, que orienta a realização prévia de todos os procedimentos internos, o planejamento da contratação, incluindo estudos que demonstrem o ganho, a eficiência, que observem, portanto, os requisitos que hoje são objetos desta CPI. Eu lhe pergunto por que essa setorial jamais apontou flagrante afronta ao próprio parecer referencial, na medida em que está demonstrado que não aconteceu nada de planejamento, aliás, faltou planejamento total, quando se faz uma compra tão grande e sequer se distribui, sequer tem um lugar para o armazenamento. Então lhe pergunto por que que a setorial jamais fez uma... Eu posso continuar falando, Presidente?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Aqui não se trata de mimimi, se trata de respeito, que a gente tem de casa mesmo, vereadora: enquanto um fala, os outro baixam a orelha, simples assim. Eu lhe pergunto, Sr. Roberto, o senhor não acha que esse parecer em que o senhor faz a referência, que é um dos melhores pareceres, se o senhor tinha conhecimento das fragilidades dos termos das adesões das atas, em algum momento o senhor comunicou essas falhas ao posterior – inclusive constatadas pelo TSE e pela própria auditoria interna da Prefeitura –, ao procurador-geral do Município? Ou o senhor ficou quieto?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: É o seguinte, isso é bem interessante: nós, da PGM, a gente vai atuar num momento específico, a gente

vai atuar lá no momento específico. Que momento é esse? O processo vem num grau de instrução, tem o Termo de Referência, tem alguns documentos juntados, e ele passa pela Procuradoria para fazer um parecer. Não vamos pensar no parecer referencial agora, não, estou querendo dar um exemplo para a gente elucidar um trabalho de um procurador setorial. E ali, naquele momento, a gente vai ver no processo – isso aí é dever de qualquer servidor público, ainda mais um procurador –, você vai ver olhar as ilegalidades e as irregularidades que estão naquele processo; você vai olhar o que está faltando; você vai apontar tudo que está necessitando; você vai olhar o contrato, as cláusulas do contrato e você vai exarar o seu parecer, dizendo à secretaria que cumpra isso, isso, isso, isso, que aí poderá seguir aquela contratação, se tudo for cumprido. O que acontece? A gente não é órgão fiscalizador; a gente não vai atuar em todos os momentos do processo. Existem órgãos de fiscalização do Município, o Controle Interno é um exemplo; existem órgãos externos de fiscalização no Município e no Estado, o TCE é um deles, a Câmara é um deles. A gente vai atuar num momento específico do processo. Nesse caso, eu dei um exemplo sem o parecer referencial; no parecer referencial, ainda é melhor, já existe tudo que a gente diria num parecer do caso a caso lá. Ou seja, esse processo só pode seguir se isso, isso, isso for cumprido. Então, a gente não tem pernas, nem é nosso trabalho fazer a fiscalização *a posteriori*, porque existem órgãos específicos para isso.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Esta CPI cumpre com este papel exatamente que o senhor coloca aqui, que é um órgão fiscalizador, e é por isso que o senhor foi convidado aqui para nos ajudar a entender uma série de questões que não estão esclarecidas, que não estão esclarecidas, inclusive, olhando o parecer e vendo a fragilidade da ação que não corresponde ao parecer, por isso, eu lhe fiz essa pergunta. A CPI, até aqui, tem tido grandes dificuldades em obter as respostas para esses questionamentos, inclusive pela própria base do governo ser advogada de defesa. Mas, de qualquer forma, esta

CPI constatou a existência de fortes vínculos comerciais e até mesmo familiares entre os sócios das empresas que forneceram orçamento para justificar a vantajosidade econômica e os titulares das atas de registro de preços aderidas pelas SMED. Se confirmados inclusive esses fatos, pode caracterizar um crime licitatório na sua opinião?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Teria que ver especificamente. Sinceramente, vereadora, é possível, é possível, se houve direcionamento, é possível, existe a possibilidade.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Nós aqui não estamos dando sentença, mas nós precisamos de respostas, de respostas exatamente quando nos chega a essa situação em que se observa que o conjunto das empresas tem relação inclusive familiares. É uma empresa que vende, mas é a outra que entrega, e, por isso, nós fizemos esses tipos de perguntas, muitas vezes interrompidas, porque algumas pessoas têm respostas, nem todas aqui. A sociedade não tem essas respostas, por isso o nosso papel de vir aqui e indagar. Se a setorial não é órgão fiscalizador, e eu entendo que não é, mas ela orienta, ela acompanha, e eu repito a pergunta: o senhor não acha que foi fragilizada essa análise jurídica do processo em que a atuação da setorial orientou? Na medida em que, se a gente tem na lei 11 etapas dessa fase, desse passo a passo, digamos, a lei deixa claro, e a definição da modalidade que foi adotada é uma dessas 11 etapas. E aí a gente vê que, ao aderir a essa ata, o fornecedor definido, como foi a adesão dessas empresas aqui que a Ver.^a Mari cita, Inca, Astral, Sùdù, Brink, Edulab... O senhor acompanhou esse processo, e o senhor ficou quieto diante disso?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu atuo num dos estágios do processo, e no estágio que eu atuei, eu disse tudo que era legal para poder seguir. Tudo que era correto para poder seguir um processo com tranquilidade

foi dito, ou através do parecer referencial de adesão à ata, ou através de outro tipo de contratação, se foi direta, por exemplo, teve atuação nossa em pareceres específicos, e com toda a certeza vai ter tudo que é necessário para que se tenha continuidade no processo de contratação, com legalidade.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Certo. O senhor responde algum processo de sindicância, o senhor foi ouvido durante o processo de auditoria interna?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não fui ouvido.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Não foi ouvido?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não fui.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): É estranho uma auditoria em que o senhor orientou, em que o senhor fez o parecer, e faz uma auditoria, e o senhor não foi ouvido?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Na verdade, quem fez o parecer foi o Município de Porto Alegre, ele é para todas as secretarias do Município, não especificamente para a SMED. É um parecer referencial que serve de referência para todo o Município de Porto Alegre, então, é uma coincidência ter sido eu designado para fazê-lo.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Bela coincidência. Muito obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Jonas Reis. Eu gostaria só de fazer uma colocação, até já pegando a pergunta da Ver.^a Biga. Na aquisição dos laboratórios de ciências, a PMS 03, através da informação nº 3.556 manifestou-

se no sentido de existirem algumas falhas na adesão à ata de registro de preços, apontando, por exemplo, pela necessidade de ampliar a justificativa da vantajosidade, bem como a análise da adesão pela DLC, SMAP, com manifestação final do secretário da SMAP. Contudo, após a manifestação da SMED, o senhor se recusou a reanalisar esse processo e avaliar se houve ou não atendimento aos apontamentos do parecer, ou seja, a PMS 03 de que o senhor recebia FG e que o senhor liderava recusou-se a analisar cumprimentos dos apontamentos realizados, remetendo então novamente à Secretaria Municipal de Educação. Por qual razão o senhor recusou? E houve alguma pressão para que isso acontecesse?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Teria que ver o processo, senhora vereadora, com toda a sinceridade, eu não atuava nem sozinho lá na PMS 03, tinha eu e um colega comigo atuando lá. Eu não sei se esse processo foi eu que fiz, se foi ele que fez, e qual o motivo exato, a gente teria que abrir o processo para poder ter essas informações.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Então, eu gostaria de solicitar à assessoria que abrisse o processo, porque nós temos 12 itens nesta CPI; 8 de aquisição de materiais. Eu tenho certeza que o senhor, quando sentou aqui nesta cadeira, sabia que seria indagado sobre as compras de materiais desta CPI. A gente não está fugindo de nenhum item da CPI, e o senhor deveria ter vindo preparado, como deveria estar preparado para o seu trabalho. Então nós vamos abrir o documento...

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: São inúmeros contratos, inúmeros contratos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Os que são objetos da CPI não. Eu tenho certeza que o senhor, quando soube e sentou aqui, estava respondendo pela CPI, não pelos inúmeros contratos.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: São inúmeros contratos.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado pela palavra, Presidenta. Cumprimento aqui o Sr. Roberto, e faço uma observação. Como é importante ouvir um servidor de carreira, concursado, com estabilidade, que não precisa defender governo algum, porque é um empregado público que passou por um concurso público, não tem débitos. Isso é importante, porque a gente vê a direita sempre atacando o servidor público, sempre detonando o serviço público, sempre achando que o servidor público não deve existir, e eu acho que esta CPI consegue mostrar uma prova da importância da estabilidade, de não precisar defender político, defender governo, até porque político, de quatro em quatro anos, está aí, no caso municipal, a eleição. Então, eu queria parabenizá-lo por ser servidor público, mas queria lhe perguntar se o senhor acha normal um governo gastar milhões, sem fazer licitação própria, para compra de materiais que não foram pedidos pelas escolas, não tinha expediente vindo das escolas da necessidade pedagógica disso? O senhor acha que esse gasto do dinheiro público, sem licitação própria, numa carona em licitações de outros municípios, inclusive com materiais mais caros do que os que tinham no mercado... essa é a primeira pergunta.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Meu vereador, a gente como servidor público, a gente não pode entrar naquele famoso mérito administrativo, a gente não vai poder adentrar na conveniência e oportunidade do gestor, visto que a legislação consegue lhe dar um amparo grandioso. A gente sabe que a

regra geral é licitação, a gente sabe bem disso; entretanto, a própria Lei de Licitações e Contratos, tanto a 8.666, quanto a 14.133, que vem agora, elas dão guarida ao gestor para poder fazer contratações diretas, contratações diretas essas que se tiverem os requisitos legais na lei, são perfeitamente possíveis. Ou seja, não sou eu, Roberto, não são os secretários municipais, todo e qualquer aquele que adentrar ao serviço público vai ter o mérito, vai poder fazer, através de um processo específico, e ver onde se enquadra sua ideia. O que vai caber a nós é saber se aquela ideia é jurídica, ela tem condições de seguir ou não. É isso que a gente vai fazer, mas, assim, eu não posso dizer se é correto ou se é errado ou não, porque o mérito é do gestor público.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Da decisão política.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Exatamente.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então, é isso que fica nítido para nós, que houve decisões políticas por essas compras. E aí eu trago mais um questionamento. Semana passada saiu no jornal: Tribunal de Contas do Estado apontou irregularidades gravíssimas no gasto de mais de R\$ 14 milhões com uma empresa só. Disseram que ali não tinham sido previstos, para as compras pela SMED, os quesitos: que era vantajoso o material, de que realmente aquela empresa era a única a fornecer o material. Não era a única; isso tudo apontado por um parecer robusto dos servidores públicos do Tribunal de Contas do Estado, que enviaram o processo, pedindo agora ao Ministério Público de Contas que abra um procedimento. Ou seja, apontamentos gravíssimos de que, de fato, a Prefeitura não olhou; o governo não olhou todos os requisitos. Então, eu lhe pergunto, o senhor tem conhecimento disso? O senhor chegou a ler, na semana passada, nos jornais?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Tenho, tenho. Esse é bem interessante. O processo de origem lá passou pela setorial 03, era uma inexigibilidade de licitação, uma contratação direta, como eu falei, dentre os leques que nós temos na legislação específica, existia a possibilidade de você fazer uma inexigibilidade; entretanto, haveria a necessidade de você cumprir os requisitos da lei. Isso é interessante porque eu me manifestei no parecer, e o parecer tem algo muito interessante, assim, que é a citação de dois momentos no Tribunal de Contas da União, tem duas partes dos acórdãos no Tribunal de Contas, isso no meu parecer, mostrando que, num primeiro momento, o Tribunal de Contas da União entendeu errado, isso a Mind Lab... Claro, a gente tem que se cercar de todas as possibilidades jurídicas para poder fazer qualquer tipo de atuação, e a minha foi olhar tudo que eu podia, e eu vi lá no TCU, num primeiro momento, o TCU dizendo justamente que não tem singularidade, não está comprovada a exclusividade. Aí eu coloco, no momento dois, em 2018, o TCU adentrando na Mind Lab, no mesmo produto, no mesmo objeto, dizendo que foi comprovado e era legal aquela contratação com a Mind Lab, com o mesmo objeto. Isso está lá no meu parecer desde a origem. Ou seja, se hoje – isso é algo que tem que ser visto – o Município de Porto Alegre não comprovou ao Tribunal de Contas, eu vejo... Claro, eu acredito, acredito não, tenho certeza, essa decisão saiu agora, que existe recurso e, se estiver faltando algo nesse processo, eu acredito que tem toda a possibilidade... Isso sou eu que penso, porque já não sou eu que atuo na atuação dos Tribunais de Contas, é o colega Igor, que atua nos Tribunais de Contas. Mas, assim, a gente está falando da mesma empresa, do mesmo objeto e, no meu parecer, já existiam esses apontamentos, ou seja, cabia à SMED instruir igual foi instruído no processo que o TCU disse que era legal. Então, é algo que a gente... Claro, o TCE encontra agora, manda. Eu não vi que não tinha nada ainda de direcionamento para gestor específico, não tinha nada disso, o que ele coloca ali é que se investigue internamente, mas existem recursos também. Vai se investigar internamente e

vai ter o recurso. Eu acredito que o Município deve recorrer também para poder trazer esses elementos que eu estou aqui trazendo.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Perfeito. Obrigado pela sua resposta e fica comprovado que a SMED tinha o que fazer e não fez. E o procurador disse que deveria ser feito e aí não fez a SMED, não fez o governo, não fez. Então, eu faço uma pergunta: em um dos pareceres referenciais elaborados pelo senhor, constou a seguinte observação: “Há procedimentos internos de planejamento da contratação, incluindo estudos de demonstração, o ganho de eficiência, viabilidade, economicidade para administração pública da utilização da ata de registro de preços, posto que a adesão a atas de registro de preço são medidas alternativas que podem ser adotadas quando se revelarem vantajosas no contexto do planejamento das suas contratações, não consistindo, contudo, uma prática que possa ser executada em regime ordinário, em detrimento das licitações que podem e devem ser também realizadas pelos próprios órgãos”. No seu entendimento, as compras objeto desta CPI observaram esses requisitos? Por que lá nesse setor, PMS 03, jamais apontou flagrante afronta ao próprio parecer referencial?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: É o seguinte, quando vinham os processos no caso a caso, a gente poderia dizer, naquele momento histórico, o que era que estava faltando especificamente. A partir do momento em que a gente pega e faz as práticas que existem, bebendo na fonte de órgãos de fora, como tribunais de contas, etc., na legislação que nós tínhamos, nossos decretos, tudo foi consolidado num parecer referencial, que é um parecer normativo para todo o Município, então você não tem mais necessidade de passar, num momento específico, pela setorial, porque ali já tem tudo. Todo servidor público tem um dever de legalidade, o 37, *caput*, da Constituição. Se você tem a lei, a norma municipal, e é aquilo que deve ser seguido, então não tem mais necessidade de passar pela Setorial 03. Então não tem como eu fazer juízo de

valor sobre algo que eu já fiz, que é um parecer meu; entretanto, era perfeitamente possível que o Tribunal de Contas apontasse alguma irregularidade nesse parecer referencial. Eles pediram, em algum momento histórico, esse parecer referencial, eles tinham em mãos isso; então a própria Casa, a própria Câmara, também, se visse fragilidade... Mas eu acredito, eu acredito que esse parecer é muito bom. Ele é para aquele momento... A pessoa não pode dizer, porque é uma coisa bem interessante aqui que a gente tem que ter em mente. A gente tem que ter em mente que irregularidades e ilegalidades são inerentes à administração pública. A administração pública vai conviver com irregularidades e ilegalidades o tempo inteiro. É para isso que existe a autotutela, que é você anular os atos nulos e você revogar os atos de conveniência e oportunidade; ou seja, a ilegalidade vai existir, mas você vai ter que ter filtros, filtros internos para poder saná-la. O que você tem que ter aqui, e isso aqui é bem específico, isso aqui é muito bom, o que você vai ter que ter repulsa é justamente para fraude, para o dolo, para o erro grosseiro, esses sim; mas irregularidade e ilegalidade, isso vai acontecer em qualquer ente. A Câmara, às vezes, acontece de fazer uma lei inconstitucional; outro órgão vai lá e vai apontar. Agora, o que a gente tem que ter repulsa é ao dolo, ao erro grosseiro e à fraude, a esses aí a gente tem que ter repulsa. Os outros a gente tem que conviver no dia a dia. Esse parecer referencial, eu digo que acho ele muito bom, mas ele pode conter coisas aí, atecnias, é claro, mas ninguém nunca provocou o Município para poder alterá-lo. Então ele continua sendo a norma que rege esses processos. E eu acredito que ele abarca, sim, a grande maioria do que a gente precisa para poder ter uma legalidade forte aqui, que é o que a gente prega na Procuradoria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): O que o senhor acredita ter sido o problema geral, problema geral da Mind Lab, da compra da Mind Lab? Já que o senhor fez um parecer ali, o senhor colocou os elementos que deveriam ser observados com acuidade da gestão do governo Melo, da SMED, quem é o responsável por

não cumprir os requisitos que o senhor colocou no parecer? Quem é a pessoa, o senhor pode dizer?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Veja, são inúmeros pontos...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Da decisão política.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não, aí são pontos que eu teria que olhar o processo de novo para saber, *a posteriori*, em um olhar de fiscalização. Como eu digo que eu não sou órgão fiscalizador, não fui lá posteriormente para poder fazer esse tipo de fiscalização. O que eu vejo hoje é que existe uma defesa pela legalidade do processo, feito por uma outra Procuradoria, que é a PRIC. Então, se eles estão defendendo, é porque devem ter sido cumpridos. Talvez o TCE, claro, perfeitamente, não identificou, mas cabe, então, tentar mostrar isso. É isso que eu estou falando. Em 2015, no TCU, disse que não tinha; em 2018, o TCU disse: “Agora, sim. Está tudo comprovado aqui”. Então, a gente, só no caso a caso, quem está atuando lá é que vai poder dizer. Eu não fiscalizei o processo para saber o que é que está faltando especificamente. É nesse sentido.

VEREADOR JONAS REIS (PT): A última pergunta ao senhor.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Claro. Claro.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Mais de R\$ 100 milhões foram gastos nessa Prefeitura sem licitação própria.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Perfeito.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Mais de R\$ 100 milhões daria para fazer mais de 40 escolas. Hoje, nós temos 29 mil crianças sem escola nesta cidade. O que que o senhor acha: foi correto o governo gastar dinheiro com material que ficou apodrecendo nos depósitos, almoxarifados, e não são utilizados pelas escolas, enquanto 29 mil crianças não têm escola na cidade? Daria para ter construído 40 escolas. Qual a sua opinião sobre isso, como cidadão, como servidor público da capital: o senhor acha que o dinheiro da educação foi bem empregado nesse sentido?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Sr. Vereador, aqui eu vou me abster de responder, porque seria uma opinião própria. Eu não vou responder.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então, uma última pergunta.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): O senhor acha que criança fora da escola é justo enquanto os empresários estão sentados nas mesas com os governos, e as crianças estão fora da escola? O senhor acha justo isso?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu prefiro não opinar... Essas respostas pessoais.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Tudo bem? Tudo bem. Agradeço.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vereador, eu só gostaria de pontuar duas coisas, assim. Procurador, o senhor esteve aqui já em dois itens que nós lhe perguntamos – e reforço: não são muitos os itens que estão sendo investigados pela CPI.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Tudo bem.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Dois itens que nós pontuamos o senhor não soube responder.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Pode dizer, pode dizer.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O senhor estudou e sabia o que estava fazendo aqui ao vir à CPI responder? Porque eu realmente não entendo. O caso da Mind Lab, Ver. Jonas Reis, eu sei de cabeça. Eu li o Processo SEI.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Que bom, que bom.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O senhor não leu o Processo SEI da Mind Lab?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu simplesmente atuei em um momento específico, somente isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas o senhor não leu o parecer, não leu o Mind Lab? O senhor sabe onde foi feito o direcionamento?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu li somente a partir do momento em que chegou para mim o processo e eu fiz o meu parecer.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exato, e já contava a primeira irregularidade no direcionamento da concorrência, em que coloca a Mente Inovadora como sendo o único produto para resolver a alfabetização das crianças.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Aí, aí, assim, isso é muito interessante...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): É o parecer.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: E eu coloquei aqui no meu parecer, eu disse que tinham que ser reforçadas algumas coisas, mas é tão interessante, vereadora, que é justamente a resposta do TCU, em 2018, que está comprovado que o Mente Inovadora é singular e exclusivo da Mind Lab.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Que direciona para um único vencedor! É que nem eu falar que eu quero comprar o Palio, óbvio que é só a Fiat vende Palio, e eu tenho como comprar Palio da Volkswagen? Não tenho! Palio de outra marca?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu estou aqui trazendo o que já tinha no meu parecer, que é simplesmente um acórdão do TCU, demonstrando a exclusividade e singularidade para uma o Mente Inovadora da Mind Lab. Só era cumprir aqueles requisitos, naquele momento histórico, que nós teríamos a

legalidade aqui no Município de Porto Alegre também. Claro, se o TSE aponta algumas irregularidades, eu acredito que é possível, sim, que exista recurso para poder tentar sanar qualquer dessas irregularidades.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E por que, quando confrontado pelo Ver. Jonas, o senhor não respondeu isso?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu acredito que eu respondi tudo isso.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Vereadora...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada.

Desculpa, eu tenho certeza que o senhor, da mesma maneira que ele, não respondeu para o Ver. Jonas, e eu tive que aqui estimulá-lo a responder, estimulá-lo com as informações que ele mesmo tinha no parecer, me parece que esse estímulo está precisando ser necessário, uma vez ...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Vereadora, quando o ilustre procurador foi na Comissão de Educação, a senhora ficou nervosinha, porque não recebeu a resposta que queria e saiu da sala. Eu quero saber se a senhora vai sair daqui também? Porque não recebeu a resposta que perguntou...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu falei que eu estaria diante de uma Comissão séria...

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): O Procurador respondeu exatamente aquilo que devia responder, lá na Comissão de Educação a senhora saiu; a senhora vai sair agora também?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Uma questão de ordem – a questão de ordem é sempre para colocar a CPI no seu devido lugar. Nós temos um plano de trabalho, Presidente, que diz o seguinte: será oportunizado, ao final do depoimento inicial, que são aquelas perguntas que iniciam, que a presidência possa fazer perguntas, ponto; depois, os inscritos, que são os vereadores que fazem parte desta CPI, perguntam três, fazem três perguntas, por 3 minutos, e depois ainda há o rescaldo. A senhora não respeita ninguém, Presidente. A senhora está atropelando as perguntas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora, Ver.^a Comandante Nádia, gostaria de se inscrever?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Eu já me inscrevi, a senhora nem viu isso, a senhora está tão absorta aí no seu autoritarismo que a senhora não está prestando atenção. A senhora está sendo leviana, porque os outros seus colegas também querem perguntar.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Inclusive leviana, ao falar que a senhora está pasma com um crime que o procurador tenha feito, isso não é uma palavra de uma presidente, não é o seu papel, uma vergonha o que a senhora está fazendo. E a senhora não fica nem envergonhada e não corrige os seus erros.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Negligência foi a palavra que eu usei. Crime a senhora está o imputando.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A senhora falou crime.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A senhora pode pegar nas notas taquigráficas.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Vou pegar. Eu não tenho legislação aqui para estar falando pelo procurador, ele que pegue também ali, porque eu acho que foi bem grave o que a senhora falou.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu falei negligência.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Eu vou refazer a pergunta que eu estava fazendo, procurador, quando a direção autoritária desta CPI me cortou o microfone. Eu não o conhecia e fiquei muito bem impressionada com a sua serenidade, com seu preparo, com o seu trabalho. Meus parabéns por aguentar sentado nessa cadeira ataques tão levianos e irresponsáveis por quem só quer fazer desta CPI um palco político, transformando esta CPI quase num circo, onde só uma pessoa fala. Eu lhe pergunto, de novo, o senhor seguiu todos os parâmetros legais existentes na época do seu parecer? Essa é minha primeira pergunta.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Sim, sim. A gente tenta abarcar tudo que era de melhor para o Município de Porto Alegre. A gente não tinha, naquele momento histórico, uma legislação minudenciada sobre as adesões à ata. Então a gente tinha que pegar os decretos do Município de Porto Alegre, que já permitiam, e trazer tranquilidade para o gestor público fazer esse tipo de

contratação que não tinha naquele momento histórico. Então a gente tenta trazer o melhor, porque não serviria somente para a SMED, mas para qualquer secretaria do Município de Porto Alegre. Então, é disso que a gente está falando. O parecer referencial não passa somente por mim, ele passa, por exemplo, pela minha chefia imediata, quando foi feito; pelo procurador-geral; ele é ratificado por várias instâncias. E, naquele momento histórico, foi visto isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: É isso que eu estou dizendo também. Não é somente a SMED, mas todo o Município de Porto Alegre fez adesões a atas baseadas nesse parecer, então é nesse sentido. Se existiram problemas com SMED, por exemplo, a gente poderia olhar todo Município para ver, outros podem ter seguido à risca. Talvez tenha sido negligenciada alguma parte do parecer, é possível. Porque a gente não é órgão fiscalizador, a gente só disse o que era melhor na lei para poder fazer naquele momento histórico. E, se fosse feito aquele passo a passo que está ali, tenho certeza que qualquer um servidor e o gestor público dormiria tranquilo com a cabecinha no seu travesseiro, porque ali estava o melhor da lei.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Obrigada, Dr. Roberto Mota. Eu sei que isso aqui pode parecer um pouco exaustivo e repetitivo, mas eu acho que é importante que a gente deixe as coisas bem claras. O senhor tem conhecimento acerca das decisões do TCE sobre as compras da SMED, se houve descumprimento de alguma decisão? Em relação à aquisição dos materiais pedagógicos da Mind Lab, se houve irregularidades? Qual a posição dos outros estados da federação e até mesmo do TCU a respeito no momento histórico? Obrigada.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: A Sra. Vereadora fez uma pergunta antes, da Mind Lab. Hoje, eu acredito que da Mind Lab existe, sim, uma irregularidade a ser sanada, tanto é que o TCE apontou alguns vícios, entretanto...

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): O senhor pode descrever aqui? Porque o vereador que me antecedeu na pergunta disse que tinha um sido um parecer gravíssimo, e pelo que eu pude ler e ter acesso era uma recomendação. O senhor tem como dizer aqui exatamente?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Hoje eles querem que façam um controle interno; existiu, sim, fragilidade no que diz respeito à demonstração dessa singularidade, mas como eu estava te falando, é uma decisão muito interessante e importante para que o Município se alerte, melhore a sua parte de planejamento, de comprovações do que está dentro do processo, mas que, se estiver dentro do processo de alguma forma, é ainda perfeitamente possível que exista recurso para o TCE demonstrando isso, por quê? Eu faço referência justamente às duas decisões do TCU que estão no meu processo, lá desde a origem. Então é isso, hoje a gente tem que ter calma, se conseguir comprovar, é perfeitamente legal, comprovada essa contratação.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Ainda mais porque, conforme o senhor colocou aqui, o próprio TCU, em 2018, reconheceu a inexigibilidade da Mind Lab.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Perfeito.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): A primeira pergunta que eu lhe fiz foi se o senhor tinha conhecimento acerca das decisões do TCE sobre as compras da SMED, e se houve descumprimento de alguma decisão?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não. Todas as decisões que passaram pela PMS 03, por vista só, só para eu ter ciência – porque quem faz essas respostas é uma outra procuradoria que é a PRIC –, eu tive ciência de algumas delas e em nenhuma delas houve descumprimento, tudo que o TCE emanou foi cumprido nesse sentido. Mas o que eu vi, as que passaram por mim, nenhuma delas foi no sentido de, por exemplo, não pagamento, de impedimento de seguir. Todas elas foram para ciência de irregularidade, para poder se defender, trazer em algum momento nesse sentido, mas todas elas foram cumpridas, tudo na harmonia, sem problemas.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Muito obrigada, Dr. Mota.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Bom dia, Dr. Roberto Mota, procurador. O senhor fez um concurso, por certo, estudou bastante para estar aqui e, por certo, não vai colocar o seu concurso e toda a sua história na lata do lixo, neste momento, por conta de uma CPI. Então, primeiro, eu quero pedir desculpas pela forma que alguns vereadores estão lhe tratando aqui, como se o senhor fosse um guri de recado. O senhor é um procurador, e isso muito nos engalana aqui, até pelo senhor estar aqui se disponibilizando, enquanto testemunha, a deixar claros alguns assuntos que não são do dia a dia de alguns vereadores. Inclusive tem vereadores que fizeram as perguntas e foram embora, não estão interessados nas respostas de outras perguntas, o que me deixa muito preocupada, porque não é sério. Mas eu quero lhe fazer duas perguntas aqui. A começar que eu achei estranho... Eu sou gestora pública; por 28 anos, trabalhei na questão da logística de contratações, de fiscalização de projetos, de contratações, então eu conheço bem como funciona a questão da inexigibilidade. Causou-me uma certa estranheza o TCE dizer que entende,

alegou que existe, sim, o caso de inexigibilidade, mas que uma equipe técnica pede para que haja o fundamento de mostrar que aquele material atenderia às necessidades. O senhor o que entende disso? Porque o TCE fez esse apontamento: entendeu da inexigibilidade. E deixo aqui claro que a inexigibilidade, através do registro de ata, é usada pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo TCU, pela Assembleia Legislativa, pelo Ministério Público, pelo Judiciário e por tantos outros órgãos importantes do Estado, federais e municipais. E eu achei estranha essa fala, porque a inexigibilidade já diz que aquele produto não existe em outro local, e eles solicitam ainda que haja necessidade de se dizer a importância daquele produto para as escolas. O que o senhor achou sobre isso?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não, assim, é como eu estava falando aqui para os outros vereadores: o que a gente vai ter que tentar reforçar agora para o TCE, através da procuradoria específica, é demonstrar que, dentro do processo, isso está comprovado. Eu acredito que deve ser o esforço da PRIC nesse momento. Então, como referência às decisões que eu falei lá no âmbito do TCU, sobre o mesmo objeto, a mesma empresa, então eu vejo como factível. Não vou dizer que é possível que o TCE entenda que não, é possível que sim e diga que é irregular o final, mas que é factível um recurso, é perfeitamente factível.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Bom, então em síntese, esse contrato já foi cancelado, o TCE reconheceu a perda do objeto.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Esse era um outro contrato, existia um outro aí e realmente houve a perda do objeto, mas o da Mind Lab não, ele somente apontou algumas irregularidades.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Que precisam ser corrigidas, como em outros casos também já aconteceram, não só na educação, da saúde, enfim.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: É, uma das coisas é que você internamente investigue, é isso mesmo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Então a recomendação de conduta é que essa informação seja lançada no sistema. Bom, no seu entendimento, houve irregularidade nas compras da SMED, ou ilegalidade?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: É o seguinte, nas compras como um todo, a gente vai ter que ver no caso a caso para poder ver, porque eu estava explicando para o Ver. Jonas que a ilegalidade e irregularidades como um todo são inerentes a qualquer órgão do Brasil, qualquer um dos poderes. A gente vai conviver no dia a dia com tudo que for problemas da lei, mas para tanto nós temos remédios, nós temos autotutela para poder anular os atos que são nulos e revogar os atos de conveniência e oportunidade. Nós temos vários remédios que fazem com que aqueles atos que estavam errados no momento se tornem corretos. Nós temos a sanatória, nós temos a convalidação, nós temos inúmeros remédios para esses atos. Com o que nós temos que ter cuidado – foi isso que eu repeti lá para o Ver. Jonas – é com o dolo, com a fraude, com o erro grosseiro. Para esses realmente é necessária uma atuação, mas para os outros é o dia a dia de qualquer ente público, qualquer ente público vai conviver com esses problemas. Esse é um dos meus trabalhos, é justamente chegar a um processo cheio de vícios e eu dizer que está viciado aqui, viciado ali, tem problema aqui, siga a lei assim que você não terá problemas com nenhum órgão de controle. Esse é o meu trabalho no dia a dia.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Sendo bem claro, o senhor vê alguma espécie de corrupção ou de beneficiamento de algum ente que trabalhou na compra dos materiais da SMED nesse momento?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu não tenho condições alguma de emitir tal juízo de valor, zero condições, justamente porque, se você, se for um erro, um dolo, um erro grosseiro, para mim, vai ser tratado do mesmo modo, como irregularidade ou ilegalidade naquele momento, e vou pedir para sanar, como dever de qualquer servidor público é pedir para sanar aquele problema legal naquele momento. Para saber se existe o erro, o dolo, a fraude ou a corrupção, não tem condições, eu não tenho poder de investigação, não tenho condições alguma de emitir tal juízo de valor.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Giovanni Culau.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Bom dia, procurador; bom dia, Ver.^a Mari, meus demais colegas vereadores e vereadoras; Sr. Roberto, o senhor reforça aqui que não é o seu papel institucional a fiscalização.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Perfeito.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Mas, na mesma medida, reafirma que é papel fiscalizador uma das competências desta Câmara Municipal.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Desta Câmara Municipal.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu resgato isso para compartilhar com o senhor que, a mim, intriga e chama muito atenção a pressa, a falta de planejamento, os apontamentos de irregularidades das aquisições

feitas pela SMED. Se o senhor puder compartilhar com esta Câmara, para mim, e entendo que para os trabalhos desta Casa, seria importante compreender melhor sobre a força-tarefa que a Procuradoria-Geral do Município estabeleceu na Secretaria Municipal de Educação. Eu registro apenas para contextualizar as razões do nosso trabalho aqui e do meu trabalho individual enquanto vereador. Ao longo dos dias que nós temos atuado aqui na Câmara, ninguém consegue me responder, procurador, a ordem dos fatos. Mas aquilo que eu interpreto e a minha leitura é que o conjunto das compras feitas pela Prefeitura, elas não passaram por um estudo técnico prévio que apontasse, procurador, a necessidade da compra de determinados produtos com determinados fornecedores. O que eu interpreto aqui, Vereadora-Presidenta, é que havia uma indicação de produtos, uma indicação de determinados fornecedores, e, a partir daí, a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Educação passavam a trabalhar. Eu faço toda essa contextualização pelo seguinte motivo: todas essas preocupações que tenho me fazem não naturalizar o que me parece que aconteceu na secretaria, que foi, primeiro, a tomada de decisão sobre adesão a determinada ata de registro de preço, a aquisição de determinado produto sem que passasse por parecer da Procuradoria. Primeiro, era tomada a decisão de compra sem estudo prévio, sem passar pela Procuradoria. Algumas atas, alguns processos só foram para a Procuradoria depois de a ata ser homologada, se eu não estiver equivocado. E alguns dos processos sequer passaram pela Procuradoria. O que eu gostaria de compreender, na sua posição, se o senhor tem acordo com esse procedimento que foi adotado, se o senhor participou da decisão de que esses processos não passassem pela Procuradoria, ou passassem pela Procuradoria somente após a ata ter sido homologada. E o senhor, por mais que não tenha papel de fiscalizador, tem a responsabilidade de tutela dos interesses públicos, de assessoria jurídica. Qual é a posição jurídica do senhor sobre esse procedimento adotado pela SMED?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Primeiro, falar da força-tarefa, eu acredito que foi a primeira indagação. No começo do ano passado, especificamente, foi, sim... Houve uma reunião, eu acredito lá na PGM, e eu falei sobre o quão difícil ia ser o ano que se iniciava, porque deveria existir, na minha ciência ali, um aumento muito grande de movimentos, porque já estavam começando a chegar pareceres para poder a Procuradoria se manifestar sobre gastos com a rubrica do Fundeb. Então, eram pareceres muito difíceis, porque você vai ter que decidir ali se tal gasto pode ou não ocorrer através das rubricas, dos 25% da Constituição Federal. Então, estava somente eu e um colega lá, que foi o colega Milani que chegou, e eu disse que a gente ter que se debruçar sobre esses pareceres, mais as compras da SMED, mais inúmeras parcerias que tem, para a gente seria muito custoso. Então, naquele dia, foi criada, sim, uma força-tarefa da educação, para poder a gente...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Desculpa, quando?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: No começo do ano passado, eu não vou saber. Isso aí é... Tem na própria PGM, tem portaria no Diário Oficial e tudo mais, foi criada uma força-tarefa e era justamente nesse sentido de excesso de trabalho para um setorial. Eu segui o ano de 2021 inteiro sozinho na SMED, e eu consegui dar conta sozinho na SMED, e eu vi que, no ano 2022, seria extremamente custoso para poder dar conta, porque existiam pareceres muito sensíveis sobre gastos de 25%. Então, a gente iria ter um excesso de trabalho, porque a SMED não só tem essas contratações, tem inúmeros outros processos. Então, foi nesse sentido que foi criada a força-tarefa da educação. Sobre o papel da Procuradoria, o papel da Procuradoria é muito claro, ele atua previamente,

ele não vai fazer uma atuação posterior, inclusive da legalidade eu falo. É dever, na verdade, de todo servidor público, se vir alguma irregularidade, apontar a irregularidade e a ilegalidade. Mas a PGM tem um papel muito forte, a partir do momento em que o processo passa por ela, ela vai atuar e dizer o que é necessário para poder sanar as irregularidades e ilegalidades. E acredito que assim foi feito em sua grande maioria dos processos. A gente não se manifestava num processo, ficava *a posteriori*, entrando naquele processo para poder ver o andamento, para poder fazer outro parecer, não. A gente era provocado para poder fazer alguma atuação nesse sentido.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Mas exatamente diante disso que o senhor reafirma agora, o senhor considera que foi adequado que alguns processos não tenham passado pela Procuradoria e, ainda que outros processos tenham passado, eles passaram somente depois das atas já terem sido homologadas pela Secretaria Municipal de Educação? Justamente pelo papel que a Procuradoria tem que cumprir?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Mas aí é que está, Sr. Vereador, se eles não passaram é porque tinha uma guarida de um referencial, não era uma adesão a ata esse processo especificamente, esse do exemplo do Sr. Vereador. Quando a gente faz um parecer, em tese, existe um parecer, em tese, para todo o Município, que é o parecer referencial de adesão a atas de registro de preço. Ele é um parecer em tese, onde tudo o que está ali é o que tem de melhor a ser seguido na lei. O servidor público, que também tem o dever de seguir a lei, se ele seguir aquilo ali, desnecessário totalmente, está lá isso no parecer, está isso e não é uma invenção do Município de Porto Alegre os pareceres referenciais, não é uma invenção do Município de Porto Alegre; a União, o Estado, todo lugar do Brasil tem. O que está ali é o que é correto para qualquer servidor público sentar naquela cadeira, ele vai pegar aquele mapa,

que é praticamente um mapa, e, se ele seguir aquele passo a passo, não há necessidade de vir para a Procuradoria, não há necessidade.

(Manifestação do Ver. Giovani Culau e Coletivo. Ininteligível.)

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu acredito que sim, se existiram irregularidades, falhas, ilegalidades, elas podem ser sanadas no tempo, através do que eu estou falando aqui de atuações desta Casa, de atuações do TCE. Se passasse novamente por mim, eu iria fazer toda essa mesma explanação: siga tal, tal, tal, tal coisa. Seria o que já estaria ali no referencial: “Oh, você não se atentou a isso aqui ainda, você não se atentou a isso aqui, seu servidor, mas estava ali, estava tudo lá”. Se ele não se atentou, é outro problema, mas estava tudo lá. É isso que eu estou querendo dizer.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu tenho uma última questão. Um dos pontos que ainda me intriga diz respeito à reunião que o atual prefeito teve com representantes da empresa Inca, com colegas nossos aqui da Câmara e, se não me engano, com a presença também do procurador-geral do Município, nessa reunião. Se foi dito aqui que o papel da Procuradoria não é de fiscalização... E outros elementos que foram trazidos aqui, a então secretária relata que foi à reunião sem saber qual era a pauta. Essa mesma reunião foi divulgada publicamente de forma distinta do que de fato ela foi. Para mim, é curioso, me intriga, o que levaria com que o procurador estivesse presente nessa reunião. Então, gostaria de saber do senhor, que naquele momento cumpria a tarefa na setorial de Educação, e agora cumpre uma tarefa na Procuradoria-Geral do Município, se o procurador Roberto deu algum relato do porquê estava na reunião, qual foi o encaminhamento da reunião, o que motivou com que ele estivesse lá, tinha uma decisão... Eu estou fazendo a pergunta ao procurador, Ver. Cecchim. Teve alguma manifestação sobre as razões e sobre os encaminhamentos daquela reunião?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não, não tenho ciência nenhuma sobre o que ocorreu naquela reunião. Mas um dos nossos papéis é de assessoramento, então é bem provável que ele estivesse assessorando o prefeito, né, que é o papel do procurador-geral do Município. Mas assim, eu não tenho... Eu desconheço totalmente o que teve naquela reunião. Eu conheci inclusive aquela reunião aqui, né, sendo mostrado aqui nesta CPI, fora isso, não conheço.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sr. Roberto, eu gostaria de reforçar a pergunta do Ver. Giovani Culau, as perguntas dele, porque naquela reunião, Ver. Giovani, quem estava era o Sr. Jailson, quem estava era o Sr. Sergio, quem estava era o procurador municipal, que foi quem convidou o Sr. Roberto para ser o setorial. E que, agora, o senhor voltou para trabalhar num cargo remunerado pelo Sr. Roberto. Mas uma das compras do Sr. Jailson e do Sr. Sergio é o parecer que o senhor ainda não conseguiu me responder, que é dos laboratórios de ciência. Esse parecer, se quiser, eu peço aqui para a minha equipe técnica projetar, ele voltou para o senhor, e o senhor, na sua fala aqui com o Sr. Giovani, falou: “Se eu tivesse a oportunidade de rever novamente algum dos pareceres que não estavam adequados, eu teria feito apontamento”. Bom, aqui o senhor teve a oportunidade de rever e não fez apontamentos. Por que o senhor não fez apontamentos? Essa empresa de laboratório e ciências era uma das que estavam sendo instruídas na foto, onde constava o procurador municipal, o prefeito, vereadores e a secretária. Aquele procurador, de alguma maneira, falou que não precisava ou alguém ali falou? Porque o senhor aqui fala que teria feito uma análise diferente, mas, na hora, quando teve a oportunidade, não o fez, por quê?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Teríamos que ver o processo.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O processo está na...

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Esse é o processo?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Esse é o processo, laboratórios e ciência, SEI nº 22.0.000031319-3. O secretário da SMAP envia novamente para vocês.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: A gente precisaria ver o passo a passo do processo para poder saber, porque não é usual zero, zero, zero, qualquer coisa que passar por mim, como dever de servidor público, é apontar ilegalidades ou irregularidades. Teria que ver o processo para saber que ponto é esse que a gente falhou. Como eu falei também, pode até ter acontecido uma falha, mas, assim, não é usual, zero, zero, zero. Qualquer processo que passar por mim, *a posteriori*, e tiver qualquer tipo de ilegalidade, será apontado, como dever de qualquer servidor público, 37 *caput* da Constituição: legalidade, primeiro princípio da Constituição federal lá no 37 *caput*.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria de reforçar, então, e solicitar à Prefeitura, para entender, e se quiser, a gente pode imprimir, porque aqui mostra-se a recusa do senhor em revisar o material. Ele teve um parecer inicial, não foi satisfatório, voltou para o senhor, e o senhor se recusou, e esse material foi comprado do Sr. Jailson...

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Como é que tem minha recusa, Sra. Vereadora? O que eu coloco na recusa lá? Não vou analisar. Como é que está a minha recusa?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O senhor se recusa, passa para a SMAP, e está recusado.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Como?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria de... Tem como aumentar para ele?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu só queria saber, porque eu não despacho, assim, dizendo recuso, me recuso... Não despacho dessa forma.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Não, ele é encaminhado pela setorial e vocês silenciam. A minha pergunta: é normal a procuradoria setorial de alguma outra...

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não, a gente teria que ver o despacho que manda para setorial, o que é que diz o despacho que manda para setorial; a gente tem que ver bem isso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) Ele é silenciado; o senhor...

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não, eu quero saber o despacho que manda para setorial: eu silencio, mando para outro lugar?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) É um despacho da SMAP que envia para setorial, o secretário da SMAP.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Mas em que sentido, ele despacha como para a gente?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) Ele despacha, dizendo que não cumpria os requisitos, porque, assim, para todo mundo entender, essa questão

de adesão à ata de registro de preço funcionava só numa secretaria, que é a Secretaria de Administração. Nenhuma outra secretaria pode fazer, a secretaria de esportes, de saúde, de transporte, qualquer outra secretaria não faz.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Todas as secretarias podem fazer e fazem.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) Mas eles não despacham direto uma adesão à ata, isso era um efeito que só foi possível com a Secretaria de Educação.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não, a Secretaria de Educação, por um período, ela dava, digamos, a homologação final do processo. Eu acredito que isso...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) E hoje todas secretarias passam pela SMAP.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Sim, perfeito.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exatamente, então a SMAP, cumprindo seu trabalho, mandou novamente para o senhor, dizendo que não cumpria, e foi silenciado. A minha pergunta é assim...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Comandante Nádia... Eu tenho certeza de que a senhora já esteve aqui, como advogada do Jailson, já esteve como advogada do Sergio, eu entendo o seu papel aqui, tentando defender, mas eu gostaria de reforçar, a Administração Pública, já que a senhora é legalista, o

Sr. Roberto responde... Ver.^a Comandante Nádia, você entende o que é uma FG? A senhora recebe... A senhora sabe o que é uma FG? Todos que recebem FG, por serem responsáveis, eles respondem perante...

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Nós, no Município de Porto Alegre, não passa, por exemplo, os pareceres de Rafael para homologação minha; ele tinha total liberdade para poder atuar, assim como eu atuo também.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) Então era setorial?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Era setorial igual a mim na 03.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E o senhor não é o chefe...

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu era chefia, mas, assim...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) O senhor é o chefe da setorial?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Sim, eu era o chefe, eu era o chefe da setorial, mas os pareceres de Rafael não passavam por mim, por exemplo, para eu ter ciência e homologá-los, por exemplo, ele tinha total liberdade, como qualquer procurador municipal tem, para fazer pareceres. Ou seja, esse processo, a gente teria que entender...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) E é normal silenciar diante do...

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu tenho certeza, eu tenho certeza que o procurador Rafael, assim como eu, tem a mesma prática de não deixar passar qualquer ilegalidade, tenho certeza disso!

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) Bom, mas foi silenciado, e é isso que a gente gostaria de entender; podemos fazer uma requisição depois para chamar o procurador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): E também entender – não é, Presidente? –, por que ele não está mais na SMED? Eu queria fazer essa pergunta: por que o procurador Roberto não está mais na SMED? Por que ele está lotado na Procuradoria-Geral do Município agora? E inclusive entender se isso ele considera uma ascensão ou não.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, exatamente, mas eu não peguei, eu estou aqui sentada. Não abri nenhum microfone.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Calma, gente. Vai tudo ser resolvido...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver.^a Comandante Nádia, respira.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Se não for resolvido aqui, vai ser resolvido pela polícia – pela polícia. A senhora é da polícia? A senhora é da brigada? A senhora é da brigada? Quer investigação?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Que vergonha. Que vergonha. Que vergonha. Que vergonha.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver.^a Comandante Nádia...

VEREADOR JONAS REIS (PT): A senhora quer? A senhora é da Brigada ou não é?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Cortou o meu microfone.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu não cortei o microfone...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não quer investigação?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Como que não...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Nós queremos investigação. A senhora votou contra o requerimento anterior, que era para abrir sigilos. Por que uma pessoa da polícia vota contra requerimentos de aberturas de sigilos? Essa também é uma pergunta, Presidenta. É uma questão de ordem. Questão de ordem, Presidente Mari. Isso aqui é uma CPI para investigar ou isso aqui é uma gritaria? Que estão gritando. Eu fiz perguntas. A direita não tem perguntas, ela não questiona. Parece que a direita tem respostas, essa direita que eu falo aqui, porque ali nós vemos investigação.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Eu quero uma questão de ordem. Agora eu estou abismada aqui. A senhora não abriu o microfone para mim, porque eu sou mulher. A senhora é machista? Só para entender. E abriu o microfone do Ver. Jonas, que furou a fila.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, vereadora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não. Não é muito obrigada. Furou a fila. Tem o Ver. Cecchim, que está na fila aguardando para fazer perguntas. Essa forma leviana de a senhora conduzir não está legal. Eu quero agradecer

aqui ao Ver. Giovani Culau Coletivo, que veio aqui lhe dizer para a senhora seguir o rito, porque ficou feio. A senhora é machista, a senhora tem alguma coisa contra mim, Presidente? Eu quero perguntar.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Bom, eu acredito que a senhora sabe fazer o uso do seu papel como parlamentar, e não compete a mim julgar o seu trabalho.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não, é que a senhora não abriu o microfone para mim, e abriu para um homem. É por isso a minha pergunta, se a senhora tem alguma coisa contra mim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Isso eu acho que é a teoria da conspiração, porque estava aberto.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não. Não estava aberto.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Estão abertos todos os microfones.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): A senhora abriu ali. Eu vi o seu dedinho marcando ali na hora que o Ver. Jonas abriu. É tão feio mentir. Esse é o princípio de todo vereador...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Ver.^a Comandante Nádia. Eu vou passar para o Ver. Idenir Cecchim?

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só para responder, o microfone estava totalmente aberto.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não estava, porque eu fui falar ali e não estava.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver. Idenir Cecchim. Só um minutinho. Sr. Ferronato?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Não estava.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Mari, senhoras e senhores vereadores, querido procurador Roberto, que tem muita paciência, tem que ter muita paciência, o senhor tem mais paciência do que a bancada da vereadora. O vereador não aguentou mais ela e saiu; a esquerda não aguentou mais a Presidente e saiu. As pessoas estão lhe abandonando, vereadora, a senhora está ficando sozinha, ninguém aguenta mais, ninguém aguenta mais isso. É uma CPI que até agora descobriu um cocô de pombo no depósito e uma fotografia. Foi nisso que esta CPI se baseou: num cocô de pombo num depósito e numa fotografia igualzinha a uma fotografia que a senhora também tem. A senhora tem uma fotografia com o seu apadrinhado, a senhora fazendo *lobby* escancarado e vendeu, e vendeu. A senhora é muito boa de *lobby*, porque vendeu os livros e o *show*. Então eu acho que aqui...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): A pergunta.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): A senhora me respeite. Eu estou com meus minutos aqui, a senhora tem que aprender a respeitar. Eu a entendo, eu até quero dizer por que eu a entendo, o seu partido já lhe rifou, a senhora se inscreveu para ser candidata a prefeita e não está levando. A senhora não está conseguindo ir para nenhum partido, a senhora pediu por favor para ir para o PSDB, e a bancada do PSDB disse “Não! Não queremos essa senhora no partido”. A senhora ainda não pediu para entrar no MDB, mas nós não a

queremos também. O PL quer? Não quer. O PP quer? Não quer. O Republicanos quer? Não quer. Então, vereadora, a senhora tem duas ou três opções: o PCdoB – não sei se quer, acho que não –, o PT e o PSOL. São os três partidos que lhe restam, esses podem lhe querer; porque, nos outros partidos, a senhora não tem mais assento, nem no NOVO. O NOVO lhe abandonou, o NOVO está envergonhado, as pessoas boas do NOVO estão envergonhadas por esse papelão que a senhora está fazendo na CPI, que a senhora não consegue arrancar nada, fica criando acusações, inclusive contra um servidor público. O Ver. Jonas disse que a Ver.^a Nádia não gosta de funcionário público. Não sei... Alguém que não gosta. Quem não gosta é o NOVO, Ver. Jonas. Esse não gosta de funcionários públicos. Mas nem todos do NOVO são iguais à Ver.^a Mari, por isso tem que entender a vereadora, vereadores. A Ver.^a Mari precisa ser entendida. Ela deu com os burros n'água nesta CPI, ela só perdeu. Ela não consegue a resposta que ela quer ouvir, então ela quer dar a resposta dela, dela! Hoje em dia, a resposta da vereadora vale sabe quanto? “Sabe quanto...” dizia aquele programa de televisão, “Sabes quanto vales? Zero!” Zero às respostas da Ver.^a Mari. Então, é com esse circo montado pela vereadora que nós estamos convivendo aqui, mas muitos vereadores já saíram do plenário. A esquerda, muitos vereadores da esquerda já saíram do plenário, e o seu companheiro de partido também saiu porque nem ele aguenta mais. Obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O senhor tem alguma pergunta para fazer para a CPI?

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não, a senhora já fez todas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Uma pena que o senhor, como Presidente, não consegue formular perguntas para a CPI. Ver. Giovani. (Pausa.) Sr. Roberto, eu gostaria de fazer uma pergunta. A secretária Janaina Audino,

quando então secretária de educação, ela tinha um chefe de gabinete que era jurídico, o Sr. Leo. O senhor chegou a conhecê-lo?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Leonardo. Conheci Leonardo. Conheci, sim.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Por que razão tu acreditas que a secretária Janaina Audino não fez nenhuma compra, de todas as compras que foram feitas e estão sendo investigadas na CPI, a secretária Janaina Audino não fez nenhuma das compras; e ela, depois de ter assumido, Ver.^a Biga, preferiu ter um chefe de gabinete que fosse advogado e jurídico para ajudá-la. A minha pergunta é: de alguma maneira, o senhor não acha estranho existir esse volume todo de compras que aconteceu via adesão após a saída da secretária?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: É no mesmo sentido das outras respostas, são respostas de cunho pessoal, do que eu acho. Não vou responder nesse sentido.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Sr. Leo, alguma vez, esteve de posse de informações de contratos, como os que passaram na sua procuradoria setorial?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu não tenho nem noção, nem ciência de nada disso.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada. Eu passo a palavra para o Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): O meu questionamento, Presidenta – primeiro é uma questão de ordem –, que nós estamos aqui tentando fazer uma

investigação na cidade, e aí me parece que há uma ala que quer fazer um embolamento no meio de campo. Hoje nós temos aqui um procurador – procurador que atuava na Secretaria de Educação – que redigiu diversos pareceres, diversas notas, escreveu, colocou. E muita coisa que escreveu e colocou não foi observada, fica nítido isso, pelo governo, por aqueles que tomavam decisão política. Então eu entendo essa euforia, esse drama, esse dilema que o governo vive – que os políticos do governo vivem –, porque é difícil explicar aquilo que saiu no jornal, na semana passada, é difícil, que o Tribunal de Contas do Estado tem apontado, irregularidades gravíssimas da ordem de R\$ 14 milhões, e mandou para o Ministério Público de Contas. Então, é difícil. Não tem ginástica política que consiga resolver, não se consegue – está lá no Ministério Público de Contas. Essa é uma questão. Mas nós não podemos, como Câmara de Vereadores, ficar esperando. Por isso que nós temos que investigar. E hoje ficou triste aqui, porque votaram contra os requerimentos; esses mesmos que estão gritando, que gritam e não perguntam; gritam, mas não perguntam. Eu queria entender: a CPI é para nós gritarmos ou investigarmos? É uma pergunta para V. Exa., para a presidência. E queria questionar o procurador. Procurador, o senhor estava antes na Secretaria de Educação, correto? Agora, o senhor está onde?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu estou na Assessoria Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Que fica...?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Fica no gabinete do procurador-geral.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Do procurador-geral. Perfeitamente. Então, a gente agora consegue observar também uma interpretação sobre aquela foto

emblemática, lá estava o filho do Prefeito, um vereador cassado, estava o prefeito Sebastião Melo e o procurador-geral. E hoje, o procurador que estava lotado na SMED está lotado no gabinete da Procuradoria-Geral do Município. Agora a minha pergunta é ao governo: quem tirou o procurador de dentro da SMED e levou para a Procuradoria?

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O senhor poderia informar qual que era o valor da FG que o senhor recebia quando setorial da SMED e o valor que recebe agora?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Eu nem sei exatamente, vereadora. Mas, assim, eu posso dizer que é a mesma, em torno de uns R\$ 2.000,00, eu acredito, R\$ 1.800,00.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O senhor não teve nenhuma perda, um prejuízo financeiro de sair como responsável setorial da SMED para ir para o gabinete do procurador?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não, a gente ganha muito pouco como FG; a gente tem mais é trabalho quando ganha uma FG. É complicado dizer isso, mas é pouquíssimo, é muito mais trabalho do que qualquer outra coisa.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mas o senhor não teve nenhuma redução salarial ao sair?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Nada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Teve algum aumento salarial ao sair da Secretaria de Educação e ir para dentro do gabinete?

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Não, só aumento de trabalho.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria que o senhor de se detivesse à questão do salário. O senhor continua com o mesmo salário que recebia quando estava na...

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Perfeito, exatamente.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Só gostaria de contribuir que setorialistas da PGM recebem FG nas secretarias, isso está acordado. Eu fui secretária municipal de desenvolvimento social e também tinha um setorialista que também recebia uma FG. Isso acontece em várias secretarias é bem normal, até para a gente não achar estranho isso e não levar à condução de que estava errado ou não existe. Existe em mais secretarias.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Ver.^a Comandante Nádia, só para eu entender, algumas vezes eu acho que a senhora não entende, já que participou de tantas investigações, porque a gente sabe que algumas pessoas caem para cima. E, cair para cima é um termo da política, e aconteceu com diversas pessoas que sentaram nesse lugar do Sr. Roberto: caíram para cima depois do escândalo da educação. A minha pergunta é: será que o Sr. Roberto caiu para cima? E isso é importante para a CPI. E eu entendo toda a situação da administração pública, que nem a senhora explicou, mas a gente quer entender o contexto político, se alguém caiu para cima.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Nós, ao longo da manhã de hoje, dialogamos, debatemos aqui alguns apontamentos, recomendações de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas, e algumas posições levantadas aqui pelo senhor inclusive. Eu gostaria de entender se, em algum

momento, a Procuradoria informou ao prefeito municipal sobre eventuais irregularidades nas aquisições feitas pela Prefeitura. A minha pergunta é bastante objetiva: se, em algum momento, no exercício do trabalho da Procuradoria, o prefeito foi informado de eventuais falhas e irregularidades. E, apenas para concluir, tenho contigo, Presidenta Mari, uma série de divergências, mas eu gostaria de parabenizar pela força e coragem, porque tu demonstras um compromisso inegociável com as investigações, e isso tem feito com que tu tenhas sido, ao longo dos últimos dias, alvo de profundos ataques. Então queria compartilhar a minha solidariedade da bancada do PCdoB.

SR. ROBERTO JOSÉ COSTA MOTA JÚNIOR: Todas as irregularidades eram apontadas no parecer, no nosso parecer constavam todas as irregularidades que eram vistas naquele momento quando o processo passava pela Procuradoria, ou seja, a gente não direcionava nada para o prefeito, todas as irregularidades estavam no nosso parecer, nesse sentido.

Roberto José Costa Mota Júnior

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mais algum vereador gostaria de perguntar? (Pausa.) Em não havendo, eu gostaria de convocá-los, todos, para a próxima reunião, na próxima segunda-feira, às 9h, reforçando que nós tivemos duas oitivas que não estiveram presentes, que nós estaremos inserindo no calendário para próxima sessão e nós estaremos juntando os documentos também que tivermos acesso. Obrigada.

(Encerra-se a reunião às 12h32min.)